

SESSÕES DO PLENÁRIO

54ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 13 de junho de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (2º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosenberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Euclides Fernandes comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 23/05/2017.

Do Deputado Jânio Natal comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 24/05/2017.

Do Deputado Hildécio Meireles comunicando que, em virtude de viagem a Brasília para atividade parlamentar do mandato, esteve ausente na Sessão do dia 07/06/2017.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- (Lê) “EXM^o SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA.

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias:

Projeto de Lei nº 22.190/2017 e o Projeto de Lei nº 22.196/2017, de autoria do Poder Executivo.”

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado:- Quero solicitar de V.Ex^a o cotejamento de todos os deputados que assinaram, se estão presentes na sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V.Ex^a será atendido.

(O Sr. Presidente procede à chamada dos Srs. Deputados que assinaram o requerimento.)

O Sr. Zé Neto:- Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Um minutinho só que eu vou conceder. Estou conferindo.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a está fazendo uma situação...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Calma, estou conferindo. Tem as assinaturas aqui e eu estou conferindo.

O Sr. Zé Neto:- Tem alguma coisa aí que está... deixe eu pedir a V.Ex^a um bom senso.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Se V.Ex^a tiver a educação de ouvir, eu passo em seguida para V.Ex^a.

O Sr. Zé Neto:- Não, porque a frequência primeiro é a da Casa. Se pedir lá e não vier, aí, tudo bem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Estamos conferindo.

(O Sr. Presidente prossegue com a chamada dos Srs. Deputados que assinaram o requerimento.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Eu tenho aqui um quadro para conferir. Eu não sei qual é a assinatura de todo mundo sem conferir.

(O Sr. Presidente prossegue com a chamada dos Srs. Deputados que assinaram o requerimento.)

(Vários deputados questionam se a verificação de quórum se refere à marcação de presença no painel ou à presença física dos deputados no Plenário.)

(O Sr. Presidente prossegue com a chamada dos Srs. Deputados que assinaram o requerimento.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Não há número, apenas 17 Srs. Deputados.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Targino Machado:- Retornando à questão de ordem, quero solicitar a V.Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Que essa verificação seja nominal, fazendo zerar o painel e abrindo o tempo de 15 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, primeiro queria saudar... Eu vou contraditar.

O Sr. Targino Machado:- A minha questão de ordem não deixou margem para que ele contraditasse.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Mas ele já tinha pedido, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, primeiro quero saudar os visitantes que estão no Plenário; os servidores do Ministério Público do Estado da Bahia (palmas); a imprensa; os servidores. Quero dizer que estamos aqui para fazer, hoje, um grande debate sobre a LDO. Esse debate pressupõe que nós extenuemos o Pequeno Expediente. O Pequeno Expediente, também chamado de pinga-fogo, sempre foi um espaço para que todos pudessem fazer esse debate de pontos que são importantes para Então, eu queria ponderar neste momento com o deputado Targino Machado, porque precisamos debater diversas questões. Deputado Targino, V.Ex^a que está com um tênis vermelho, à paisana, hoje também é o Dia de Santo Antônio, padroeiro da minha cidade Itororó. Deixei de ir a Itororó para participar desta sessão e debater esse tema tão importante, que é o orçamento e as emendas dos deputados. Queria pedir a V.Ex^a para retirar o pedido de verificação de quórum, e que nesses 30 minutos, que é de praxe para o debate das partes, pudéssemos externar nossas opiniões sobre os diversos temas tratados aqui.

Semana retrasada, a imprensa vinha noticiando a ausência dos Srs. Deputados – ainda tenho 1 minuto para terminar. Por isso, deputado Targino, eu queria pedir a V.Ex^a que, em nome do debate nesta Casa, pudesse trazer à tona esse pinga-fogo. Se V.Ex^a não concordar, eu queria pedir ao deputado Carlos Geilson, radialista de Feira de Santana – que tem da nossa Assembleia um respeito muito grande pela forma como trata essa questão, principalmente, quando preside a sessão de forma exemplar –, que se o deputado Targino não atender ao meu apelo, que V.Ex^a fizesse soar as

campainhas, chamasse ao Plenário, nominalmente, os deputados, marcando os 15 minutos, para que pudéssemos dar continuidade à sessão e debater os temas que são imprescindíveis para a sociedade baiana.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Ok. Abram os 15 minutos, por favor. Atenção, Atenção, Srs.Deputados, que se encontram nos seus gabinetes, nos corredores da Casa, no cafezinho, há um pedido de verificação de quórum do deputado Targino Machado. Compareçam para marcar as suas presenças, por favor.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr.PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pois não, deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Presidente, eu queria aproveitar os 5 minutos que tenho para fazer a questão de ordem, e chamar todos os deputados e deputadas que já estão chegando. Também quero registrar que, hoje pela manhã, tivemos aqui duas audiências públicas de suma importância para a vida os baianos. Naturalmente, os nossos companheiros que dirigiram e presidiram essas audiências ainda estão chegando aqui, porque as audiências foram bastante extensas e terminaram muito tarde.

A audiência pública da Cultura, promovida e coordenada pela presidente da Comissão, deputada Fabíola Mansur; e uma audiência pública sobre a questão dos resíduos sólidos, a implantação de um aterro sanitário no município de Simões Filho, com uma participação muito grande da sociedade civil, que foi promovida pelo deputado, presidente da Comissão Especial de Promoção da Igualdade, da qual eu também sou membro.

Portanto, eu queria, mais uma vez, fazer um apelo ao deputado Targino, embora eu perceba que todos os deputados já estão adentrando ao Plenário para marcar as suas presenças.

Mas, queria registrar a importância dessa manhã aqui na Casa, em que as deputadas e deputados se revezaram nas audiências públicas. Esteve aqui na Casa o nosso secretário da Cultura, Jorge Portugal. Portanto, foi uma manhã muito produtiva, em que os movimentos sociais da Cultura apresentaram as suas reivindicações, debateram os temas pertinentes à ampliação das políticas públicas de fortalecimento da cultura em todo Estado da Bahia.

Eu queria, mais uma vez, pedir a V.Ex^a que acionasse as campainhas e convocasse todos para adentrarem ao Plenário o mais rápido possível.

Deixo o registro das duas audiências públicas importantes nesta manhã.

Saúdo as galerias que estão repletas por aqueles lutam. Estou vendo ali da Defensoria, dos projetos que estão aí na pauta do Ministério Público, não tenham dúvida que iremos debater todos esses projetos, porque é do nosso interesse que o povo da Bahia seja muito bem atendido por todos os servidores que fazem parte seja da área administrativa, seja da área pública da Justiça.

Então, parabéns a vocês pela participação. Estamos aqui juntos para debater o tema. Obrigada. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas que se encontram na Casa, nos seus gabinetes, no cafezinho, no restaurante, principalmente, agora há pouco vi alguns deputados no restaurante, peço que venham ao plenário, ainda temos quatro minutos. Pedimos a V.Ex^{as} que compareçam ao plenário, estamos em um momento importante para definir o quórum de permanência desta sessão. Inclusive, se não votarmos hoje esses projetos que estão em tela, pode complicar o encaminhamento da semana que vem para votação da LDO. Isso, evidentemente, compromete o recesso, que é importante demais para que possamos voltar ao interior, às nossas bases, fazer as viagens de forma mais plena e fazer a política de atenção ao interior, especialmente. Para esses deputados que têm uma base maior no interior o recesso é, fundamentalmente, muito valioso. Peço aos deputados e deputadas que estão na Casa que compareçam ao plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Já temos quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente. **(Oradores Inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra a nobre deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Dra. FABÍOLA MANSUR:- Inicialmente, quero saudar a todos os trabalhadores do Ministério Público, de quem sou parceira, dizendo que contem com essa deputada para defender o PL 21.346. Quero lembrar, também, que temos aqui o movimento Justiça e Paz, vereadores de Cachoeira, que nos honram com suas presenças. Temos sido uma ferramenta, uma voz de Cachoeira, deputado Angelo Almeida, na defesa dos seus pleitos, deputado Zé Neto. Terça-feira passada, mesmo com dispensa de formalidades do nosso Líder, deputado Zé Neto, do deputado Leur, houve o pedido de vista do deputado Euclides, que já devolveu o projeto sem fazer nenhuma mudança, nenhuma emenda, portanto, concordando, também, com o parecer que aqui foi relatado. Queremos apelar a esta Casa para que possamos, hoje, votar pela aprovação de Cachoeira comarca intermediária.

Inicialmente, queremos agradecer a desembargadora, nossa presidente do TJ, Socorro, por encaminhar esse projeto para esta Casa e fazer justiça à Cachoeira, que segue os critérios do CNJ para que, ao ser elevada a comarca intermediária, possa ter a possibilidade de voltar a ter um juiz titular. Fazendo com que milhares de processos que estão nos armários possam devolver cidadania e justiça ao povo cachoeirano, que no dia 25 de junho faz 10 anos de promulgação, de sancionamento pelo governador Jaques Wagner ao projeto da atual senadora Lídice da Mata, é a capital da Bahia, 25 Com muita honra, junto com a Câmara de Vereadores, junto com o movimento justiça e paz, junto com a sociedade civil, enfim, com o povo cachoeirano. Pedimos a dispensa de formalidade junto com presidente Angelo Coronel, esse projeto teve a minha relatoria, no entanto, não pode ser votado; e pedimos a esta Casa que hoje

façam essa aprovação. Tenho certeza que esta Casa assim o fará e, portanto, Cachoeira terá a sua comarca elevada a entrância intermediária.

Quero também saudar aqui o Secretário Jorge Portugal que veio a esta Casa apresentando as ações da Secut para 2017, numa audiência pública promovida pela comissão de Cultura, Educação, Ciência e Tecnologia e Serviços Públicos. Cultura que eixo estruturante e deve ser protagonista no nosso orçamento e que é tão combatida em função de recursos escassos para fazer frente às suas ações estruturantes, aos seus projetos, aos seus editais, aos investimentos na cultura que hoje geram, deputado Manassés, muito orgulho ver V.Ex^a presidindo esta Casa, mas tivemos grande parte da classe artística e dos profissionais da cultura presentes em nossa sessão.

Importantes foram os encaminhamentos, tivemos falas contundentes de João Jorge, do Olodum; de Jerônimo, de Secretários de Cultura do Interior, a exemplo de Luciano Coelho, de Ubaitaba, nossa prefeita Suca; de Conceição de Almeida, de agentes culturais. Foram feitos encaminhamentos importantes como a criação de grupo técnico, como a solicitação de audiência com o nosso governador Rui Costa, como o pedido de ampliação do orçamento para 1,5%, colocando o governo do Estado na vanguarda do protagonismo que a cultura merece, como a promoção dos diversos grupos culturais, como o descontingenciamento, enfim, são encaminhamentos que certamente vão ser tocados por uma aliança entre o Executivo, entre a ALBA, Assembleia Legislativa e a sociedade civil.

Queremos sensibilizar, ao visibilizar a cultura hoje para a importância de sua democratização, do seu protagonismo no combate às desigualdades, à promoção da justiça social, à Bahia que é plural no combate ao machismo, ao racismo e à homofobia. Enfim, hoje foi um dia abençoado por Santo Antônio em que pese uma Casa laica, um dia para a cultura.

Com a sua permissão, deputado presidente, quero aqui elogiar a nossa presidente da Assembleia do Carinho, Eleusa Coronel, que inaugurou hoje a sede desse que é uma importante ferramenta de transformação que traz o voluntariado, a solidariedade desta Casa para os diversos cantos dessa Bahia. Parabéns a Assalba, Assembleia do Carinho, parabéns a essa atividade que acontece agora sobre voluntariado, dizendo que estamos aqui para transformar, estamos aqui amparados nos novos tempos que esta Casa traz com a presidência de Angelo Coronel, também fazer atitudes que transformam, atitudes solidárias como é a Assembleia do Carinho.

Parabéns, vida longa à Assembleia do Carinho.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de cinco minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, funcionários do Ministério Público e queridos amigos telespectadores da *TV Assembleia*, quero dar meus parabéns ao colega radialista Uziel Bueno pela empreitada. Está agora à frente da *Popular FM 100,7*, um novo veículo de comunicação em Salvador.

Quero agradecer o convite do mesmo para fazer parte do quadro de apresentadores dessa emissora. O convite foi aceito e a partir do dia 3 de julho eu estarei compondo o quadro de locutores da *Popular FM*, de 11 ao meio-dia, com o programa *Olá Bahia – A Informação de Todos os Cantos*.

Mas Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero prestar também a minha solidariedade à jornalista Miriam Leitão, que durante duas horas, em um voo, sofreu agressões, xingamentos de delegados do Partido dos Trabalhadores. Essa não é a forma de fazer política que o próprio partido prega, que é o respeito à democracia. Como é que se prega a democracia e não se aceita quem pensa de forma contrária? Não se respeita o contraditório.

Quero aqui lastimar o comportamento do Partido dos Trabalhadores, através de seus delegados. Querem impor a ferro e fogo o seu desejo, a sua forma de pensar. E eu estou esperando que as deputadas se manifestem, porque espalharam cartazes recentemente em relação ao ator José Mayer, com a seguinte frase: “*Mexeu com uma, mexeu com todas*”. E eu espero que as deputadas prestem solidariedade à jornalista Miriam Leitão, que foi agredida por militantes do Partido dos Trabalhadores.

Mas Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, (Lê) “O Governo do Estado acaba de divulgar o balanço da primeira ação de fiscalização executada no Sul da Bahia por uma força-tarefa de combate ao desmatamento na Mata Atlântica, articulada pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Seria aqui o caso de elogiar a iniciativa, mesmo levando em consideração que o resultado apresentado até agora pela força-tarefa é pífio, é muito pouco: apenas a apreensão de uma espingarda velha e de uma motosserra.

Mas a questão, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, é que esta ação só veio reafirmar aquele velho ditado sobre fechar a porta apenas depois de roubado. Isso porque o governo estadual só botou a força-tarefa em campo após a Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto de Pesquisas Espaciais divulgarem um levantamento que mostra que o desmatamento da Mata Atlântica cresceu 57,7% em um ano, entre 2015 e 2016, nos 17 estados por onde o bioma se espalha. Perdeu 29.075 hectares, o equivalente a mais de 29 mil campos de futebol.

Neste mesmo período, a Bahia foi o estado onde houve mais desmatamento da Mata Atlântica, com 12.288 hectares desmatados, 207% a mais que no período anterior, quando foram destruídos 3.997 hectares de vegetação nativa.

Vou repetir, entre 2015 e 2016, a Bahia desmatou uma área de Mata Atlântica equivalente a mais de 12.200 campos de futebol.

Os municípios baianos de Santa Cruz Cabrália e Belmonte lideram a lista dos maiores desmatadores. Se somados aos desmatamentos identificados em outras cidades do Sul da Bahia, como Porto Seguro e Ilhéus, cerca de 30% da destruição do bioma no período ocorreu nessa região.

Trata-se, segundo os cientistas, da região mais rica do Brasil em biodiversidade. Uma região também de grande potencial para o turismo.

Ou seja, um rico patrimônio, que poderia gerar desenvolvimento, trabalho e renda para o Estado, mas que está sendo destruído, sob a complacência do Governo do Estado, que só agora, depois de roubado, resolveu fechar a porta.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

E vou ser regimental, cumprir o meu horário. São 5 minutos e em 5 minutos eu digo: “Até mais!”.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Está aqui nos visitando a Escola Municipal Dois de Julho, do bairro de Itinga, em Lauro de Freitas. Sejam bem-vindos à Casa do Povo.

Com a palavra a deputada Ivana Bastos, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a IVANA BASTOS:- Boa tarde a todos. Ocupantes das Galerias, sejam bem-vindos.

Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna hoje dizer da nossa alegria e ao mesmo tempo cumprimentar as deputadas Fabíola Mansur e Maria del Carmen e os deputados Samuel, Aderbal Caldas e Marquinho Viana, além dos funcionários desta Casa que estiveram nos últimos dias 7, 8 e 9 no município de Foz do Iguaçu, Paraná, participando da XXI Conferência Anual da Unale, União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.

É o maior evento de parlamentares da América Latina. Lá tivemos a honra da nova eleição da Unale, de 1 ano e sem direito à reeleição. O meu nome foi colocado na disputa, e nós saímos vitoriosos com a vice-presidência da entidade. O cargo é para representar a Bahia com a única mulher na chapa. Queria dividir essa alegria aqui com os nossos colegas deputados.

Gostaria também de comunicar e relatar a festa de Santo Antônio, que tivemos ontem em Palmeiras. Quero cumprimentar o prefeito Ricardo, que hoje recebeu uma ambulância e está com toda a alegria, e parabenizá-lo pela belíssima festa. Santo Antônio é padroeiro da nossa cidade e também de Guanambi. Cumprimento igualmente esse outro município e deixar um abraço para todos que ali vivem. Entregamos também nesta terça-feira uma ambulância a Mucugê, ao nosso prefeito Manoel Luz, que tem se empenhado e lutado para botar aquele município, que enfrenta tantas dificuldades, no caminho certo. Então, tudo isso é motivo de alegria para dividi-la com vocês.

E, ao mesmo tempo, nós ficamos tristes quando vemos deputados oportunistas pegando carona em trabalho nosso. Em Lençóis, com a nossa luta e o nosso trabalho, através da líder política Vanessa Senna, estamos recuperando a estrada do município. E aí você vê deputado federal que nunca fez o pedido, nunca se movimentou, falar na Câmara Federal que ali era uma obra sua?! Isso nos deixa muito tristes, porque muitos deputados federais aí têm feito a carona em obras nossas, deputado Angelo!

A gente trabalha, a gente luta! Tem suas exceções. Claro que tem, Waldenor ... deputado Zé Raimundo! A gente sabe do trabalho, do carinho e da parceria que Nonô tem com você. Mas a gente sabe também que tem outros que nada fazem. Então, quando a gente consegue uma obra, esse deputado vai para a estrada esperar ... - Olha a que ponto a gente chegou! - (...) as máquinas chegarem para ele dar a ordem de serviço num tapa-buraco. Olha a que ponto a gente chegou! Mas só que as máquinas só chegaram no outro dia, pois ele estava mal-informado. Quero deixar o meu repúdio a esse tipo de político! São políticos oportunistas e caroneiros. E dizer a vocês que nós estamos aqui lutando e trabalhando!

Quero cumprimentar Eleusa Coronel e todas as outras esposas dos deputados, além de todas as deputadas estaduais, que se uniram hoje. Inauguramos a sede da Assembleia de Carinho, onde nós estamos humanizando e trazendo solidariedade a esta Casa, dividindo este papel de mulher. Isto é nato nosso: ajudar os que mais precisam.

A Assembleia de Carinho não seguiria em frente sem as esposas dos deputados. Foi idealizada por Eleusa Coronel, mas todas têm contribuído e estado presentes. Agora, às 15 horas, nós iremos assistir, no Auditório Jorge Calmon, a uma palestra sobre o voluntariado. Estará presente o professor Aristides Maltez, Maria Rita e os hospitais filantrópicos. Quero deixar o meu aplauso para Eleusa e o meu repúdio àquele deputado oportunista e caroneiro.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Angelo Almeida, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, quero saudar a resiliência e a persistência dos nossos servidores do Ministério Público Estadual (Palmas) e dizer que nós - este deputado, particularmente - estamos aqui prontos, aguardando que esse projeto chegue à Casa para, solidários a vocês, lutarmos pela sua aprovação, sem nenhuma dúvida.

Sr. Presidente, gostaria de registrar neste momento uma Moção de Aplausos encaminhada a esta Casa através deste deputado que vos fala aqui da tribuna.

(Lê) *“O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei n 12.593, de 25 de outubro de 2012, com base na deliberação da 50ª Reunião Ordinária, realizada no dia 08 de*

junho de 2017, encaminha a vossa senhoria uma Moção de Aplausos, para a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.”

Esse conselho encaminha a Moção de Aplausos justamente por conta da criação e instalação, neste Legislativo, da Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Deficiência.

Quero daqui publicamente agradecer ao presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Valdenor Oliveira da Silva, e a todos os seus membros, entre eles os Srs. João Prazeres e Reinaldo Maia, além de todos os presentes que, naquela sessão do dia 08 de junho, aprovaram esta Moção de Aplausos neste Parlamento.

Sr. Presidente, além disso, quero também parabenizar nosso companheiro membro igualmente da Frente Parlamentar, o deputado Bira Corôa, que encaminhou o projeto de resolução que dispõe sobre a inserção de legendas da Linguagem Brasileira de Sinais, Libras, nas transmissões da *TV Assembleia*. Isso é importante para que a gente possa facilitar o trabalho de acessibilidade, inclusão e apoio à participação, deputada Fátima Nunes, de todos aqueles que, por serem deficientes auditivos, não têm oportunidade de ver a TV desta Casa. Com a presença, participação e aprovação desse PR do deputado Bira Corôa, eles poderão ter acesso aos trabalhos da Assembleia, sobretudo àqueles que são desenvolvidos e transmitidos através da nossa televisão. Portanto, parabenizo o deputado Bira Corôa pelo projeto encaminhado a este Poder.

Sr. Presidente, ainda nesta oportunidade, gostaria de citar aqui a Lei nº 9.221/2017, sancionada pelo prefeito de Salvador, ACM Neto, e publicada no Diário Oficial do Município da última quinta-feira. Essa lei em questão está assegurando à Prefeitura a possibilidade de adotar as medidas necessárias para determinar o comparecimento de agentes sanitários envolvidos no combate ao mosquito da dengue, aos mosquitos que são responsáveis pela tríplice epidemia que, vai e volta, está presente em nosso Estado, tanto em Salvador como em Feira de Santana.

Penso que o prefeito ACM Neto fez bem em sancionar este projeto, coisa que infelizmente em Feira de Santana, há exatamente 8 anos, o então prefeito do DEM não sancionou, e a nossa Câmara Legislativa promulgou. Esta lei de combate à dengue foi aprovada através da nossa autoria, na Câmara Municipal de Feira de Santana, exatamente no ano de 2009. E até o momento, a prefeitura de Feira de Santana, tanto o ex-prefeito Tarcísio Pimenta quanto o outro, que já vai fazendo seis anos de governo, não conseguiu colocar em prática e fazer com que a lei fosse aplicada.

Portanto, como o prefeito de Feira de Santana também segue chefe político, eu gostaria de pedir, desta tribuna, para que ele acompanhasse o prefeito de Salvador e colocasse em prática a lei que existe, já está pronta, foi aprovada pela Câmara Municipal, promulgada por nós, e até então não foi colocada em prática no município de Feira de Santana.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Alex Lima, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento os visitantes das Galerias Paulo Jackson, cumprimento os funcionários da Casa, os telespectadores que nos acompanham, pela *TV Assembleia*.

Chamo a atenção, na tarde de hoje, eu que, há alguns dias, deputada Fátima Nunes, fiz um apelo para que a Bahia não viva tempos, deputado Angelo, vividos pela senadora Lídice da Mata, quando prefeita da nossa capital, tempos de uma política mesquinha, perseguidora, da época em que se alardeava que se fazia campanhas, aqui na Bahia, com o dinheiro numa mão e o chicote na outra, o que prejudicou a administração da senadora Lídice da Mata, quando prefeita da nossa capital.

O que assistimos, desde a chegada do presidente ilegítimo, deputado Alex da Piatã, o presidente que golpeou a democracia para chegar ao cargo máximo da República, um presidente, meu querido amigo deputado Hildécio Meireles, que tem discriminado muito o nosso Estado. O presidente que tem virado as costas para a Bahia, deputado Fábio Souto, a ponto de não permitir, deputado Angelo, uma autorização de empréstimo votada nesta Casa para recuperação de estradas, parece que com o intuito de prejudicar os baianos para que, no ano que vem, ano de eleição, apontar que a estrada A ou a estrada B está sem fazer, quando as pessoas que estão ocupando o poder hoje, em Brasília, não cumprem com o seu papel de defender o Estado da Bahia, e não o governador Rui Costa.

Gostaria de chamar a atenção, pois hoje estive na entrega de algumas ambulâncias, deputado Fábio Souto, e estive com o prefeito Joãozinho, de Várzea Nova, que mais uma vez me fez um apelo para recuperação da BA-144, que liga Várzea Nova à cidade de Morro do Chapéu e à Jacobina, uma estrada já deteriorada, e que já está, deputado Zé Raimundo, entre as estradas que serão beneficiadas tão logo o Ministério da Fazenda apenas assine, apenas assine.

Diga-se de passagem, esse empréstimo não tem nenhuma benevolência do governo federal, deputado Zé Raimundo, pois é um empréstimo com o banco europeu. Apenas por ser um dinheiro que vem de outro país, ele precisa da autorização do Ministério da Fazenda e do Banco Central para entrar no nosso. Mas é um contrato, deputado Marcell, direto de financiamento entre o governo da Bahia e o Banco Europeu. Então, eu queria pedir a esta Casa para transmitir à Bancada federal no Congresso que cobre do presidente Michel Temer autorização, liberação para que a gente possa começar a recuperar aquelas estradas, a exemplo da BA-144, que tem levado a população daquela região, deputado Zé Raimundo, a passar dias difíceis, seja no escoamento da sua produção, seja no serviço de saúde quando precisa trazer

um paciente para a capital ou outros grandes centros. A estrada está realmente destruída.

Mas já está assegurada, tão logo o governo federal pare de perseguir a Bahia. Os baianos não aceitam essa política mesquinha que já foi praticada aqui no Estado no passado, e dela nós não sentimos nenhuma saudade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Deputado Sidelvan, pelo tempo de 5 minutos. Ausente?

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, Sr. Presidente! São 15h30min. Já é o Grande Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, o deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, meus queridos funcionários e funcionárias desta Assembleia Legislativa, senhoras e senhores que estão aqui presentes nas Galerias reivindicando seus direitos, assisto já há algum tempo deputados da Base do Governo subirem a esta tribuna para defender a aprovação do Projeto de Lei nº 21.346/2015. Gostaria de vê-lo tramitando neste Plenário para ser apreciado e votado e também de saber a posição clara dos deputados governistas. Não é possível que um PL com mais de 2 anos de trâmite nesta Casa até hoje não tenha chegado aqui para ser votado! (Palmas)

Aí, fica muito fácil, meu caro deputado Angelo Almeida. Não é nem o caso de V.Ex^a, que tem cerca de 6 meses de Casa, se não me engano. Mas a maioria dos deputados da base do governo que estão aqui nada faz, de fato, para trazer esse projeto de lei pra ser apreciado e votado. Essa é que é a grande realidade! Mas, quando chegam à Assembleia as pessoas que têm interesse nele, aí todo mundo quer apadrinhar, todo mundo quer dizer que vai se esforçar!

Porém aqui nesta Casa, eu tenho repetido, só se vota e aprova aquilo que é de interesse do governador do Estado. Portanto, talvez fosse mais importante vocês armarem barraca na porta da Governadoria para exigir de S.Ex^a que faça esse projeto de lei tramitar nesta Casa para que finalmente ...

(A deputada Fátima Nunes se manifesta fora do microfone.)

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Estou na tribuna, deputada. Respeite o meu direito de palavra aqui dentro.

Eu estou na tribuna!

Quero sugerir a vocês que façam isso para ver se este governador tem coragem de mandar esse projeto de lei para ser apreciado e votado. Porque aí quero ver quem são os deputados que vão chegar aqui e confirmar votando a favor do projeto, como fazem quando sobem a esta tribuna e dela fazem os seus discursos.

Aproveito também, Sr^{as} e Srs. Deputados, para trazer aqui um problema que é de todos nós parlamentares, porque nós que viajamos pela Bahia sabemos das dificuldades que se passa, deputado Luciano, sobretudo nesta questão do fechamento de diversas comarcas pelo interior da Bahia.

Quero sugerir aos Srs. Deputados e às Sr^{as} Deputadas que chamemos o presidente desta Casa para que possamos fazer uma audiência com a presidente do Tribunal de Justiça, deputado Manassés, que neste momento preside a sessão, para que encontremos uma solução mais amena, que não leve mais tanto sofrimento à população do interior do nosso Estado, que já passa por uma série de dificuldades e está tendo de enfrentar mais essa quando precisar dos serviços da área jurídica, dos serviços do Poder Judiciário, o qual nos imputa agora essa dificuldade o fechamento de diversas Comarcas pelo interior da Bahia.

O deputado Alex Lima pediu, aqui desta tribuna, socorro ao governo golpista. Eu, deputado Alex, fico muito à vontade para falar deste governo golpista, até porque, mesmo sendo do PMDB, não votei com o presidente Temer. Quem votou foram vocês, do Partido dos Trabalhadores. Foram vocês, dos partidos aliados ao PT. Portanto, fico mesmo muito à vontade aqui para ...

O Sr. Alex Lima:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- (...) criticar o governo golpista, como V.Ex^a acabou de dizer, porque acha que respeitar a Constituição Federal é golpe. Acha isso, mas fico realmente muito à vontade tanto para criticar como também para defender.

Então, veja, V.Ex^a fala da perseguição na demora dos repasses. Nesse primeiro quadrimestre deste ano de 2017, já foram liberados ... Ou melhor, o governo da Bahia diz nos seus demonstrativos financeiros e orçamentários que já foram investidos cerca de 723 milhões de reais - investimentos do governo baiano. Mais de 70% desse valor, meu caro deputado Alex, advêm do Orçamento da União, advêm de liberação do governo federal. Não sei se o governo Rui Costa foi tão bem tratado pela presidente cassada Dilma Rousseff como tem sido pelo governo golpista.

O Sr. Alex Lima:- V.Ex^a me concede um aparte.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Os dados indicam que o governo golpista tem tratado o governo da Bahia melhor do que o governo da ex-presidente Dilma, cassada.

Dar-lhe-ei o aparte no momento adequado, deputado.

Mas não foi esse o tema pelo qual vim a esta tribuna. Só que não poderia deixar de fazer esta observação ao seu pronunciamento. Aliás, V.Ex^a, que é um orador

exuberante, sabe colocar bem. Às vezes, até de forma tão bonita, que é capaz de se fazer acreditar em 100% daquilo que fala. Deputado Luciano, fazendo um passeio virtual pela Bahia, comecei a procurar notícias de *blogs* e *sites* do interior baiano. E lá no título de um site, se não me engano, de Vitória da Conquista, terra do nosso querido deputado Zé Raimundo, vi uma manchete que me chamou atenção. Ela dizia o seguinte: “A cultura fica logo ali a 500 quilômetros de distância”. E o editorial desse jornalista interpretou muito bem o sentimento do baiano do interior: “A cultura fica logo ali a 500 quilômetros”.

Porque os governos da Bahia, os governos do PT neste Estado, tanto os do ex-governador Jaques Wagner, por 2 mandatos, quanto o atual de Rui Costa, o governam com a arte insana dos olhos voltados e fíncados na nossa capital. E quero ressaltar que, ao contrário, não tenho nada contra a nossa capital. Ao contrário! Acho que Salvador merece cada vez mais investimentos dos governos estadual e federal e da Prefeitura Municipal. Mas aquele que se elege governador do Estado é para governá-lo inteiro, e não apenas com o desejo insano de competir com o prefeito desta cidade, voltando os cofres públicos quase somente para os interesses da cidade de Salvador.

E esse cidadão, meu caro deputado Targino, estava com inveja do investimento do governo na Concha Acústica do Teatro Castro Alves. O governo licitou a obra e contratou por 60 milhões de reais. Mas me parece que é uma rotina dos governos do PT, essa obra foi aditivada em mais de 50%, e a obra ficou concluída com gasto total de mais de 90 milhões de reais.

Enquanto os centros de cultura pelo interior do Estado – e vejo aqui a situação de Valença, Vitória da Conquista, Itabuna, Feira de Santana, Juazeiro, com centros de cultura que estão praticamente imprestáveis, para que esse povo necessitado do interior, que também necessita de cultura, possa ter acesso às manifestações culturais das suas regiões, das suas cidades. O governo do Estado, simplesmente, o que tinha que gastar, provavelmente na cultura, gastou totalmente na Concha Acústica.

Veja, deputado Targino, pior ainda: ninguém, nenhum baiano, nenhuma baiana tem acesso à Concha Acústica para assistir a um show ou a algum espetáculo cultural de graça. Todo mundo tem que pagar. Mesmo o dinheiro ali aplicado sendo dinheiro público, dinheiro da cidadã e do cidadão baiano.

Mas não fica por aí, não fica somente na cultura. O governador, na sua mensagem inaugural deste mandato, faz exatamente dois anos e meio, esteve aqui nesta Casa e leu aqui o seu rosário de compromisso com o povo da Bahia. Entre eles estava a construção, se não me engano, de sete ou oito hospitais, sendo que seis no interior do Estado. Nós já estamos com dois anos e meio de mandato, só falta apenas um ano e meio, e nenhum hospital no interior foi inaugurado. Parece-me, inclusive, que nenhuma obra de um novo hospital teve o seu início, apenas algumas reformas e ampliações, sem datas de inauguração.

As conhecidas policlínicas, meu caro deputado Luciano Ribeiro, 27 policlínicas foram prometidas para o interior do Estado. No decorrer do penúltimo ano de mandato, somente nove policlínicas tiveram as obras iniciadas até este

momento. Como é que faltando menos de dois anos para encerrar o mandato, o governador vai poder cumprir essa promessa de suma importância para o sistema de saúde gratuito, para o sistema de saúde público do Estado da Bahia?

Meu caro deputado Fábio Souto, as promessas do governo do Estado para o interior, da mesma forma que na cultura, na saúde, têm sido em outros setores da atividade pública. Basta ver na segurança pública, dando preferência, mais uma vez, a investimentos na capital. O governo se deu ao luxo de investir 260 milhões de reais na construção de um Centro de Operações de Inteligência da Polícia Civil da Bahia, enquanto dezenas e dezenas de cidades no interior do Estado ainda não têm um delegado sequer para dar assistência à segurança pública do povo do interior da Bahia.

A maioria das delegacias funcionam em imóveis do poder público municipal, em imóveis das prefeituras que na maioria das vezes também ajudam a arcar com as despesas da segurança pública...

Muito menos ainda, caro deputado Targino, no setor de infraestrutura, as obras do metrô, que são de fundamental importância – já falei isso aqui e repito –, as obras de mobilidade urbana na nossa capital também são de fundamental importância, mas isso não quer dizer que o povo do interior tem que ficar à margem desse processo de investimento, sobretudo quando se trata de investimentos com recursos do governo federal.

E aí, temos os semianéis rodoviários pelo interior do Estado, a recuperação e a reconstrução de novas estradas, os terminais marítimos, os aeroportos que também foram objeto de promessa, aqui do governador, e que não vimos sair nem do papel. Da mesma forma, caro deputado Luciano, a ponte Salvador-Itaparica, esse é o maior engodo desse governo que aliás, serviu de discurso para a reeleição do ex-governador Jaques Wagner e serviu de discurso para a eleição do atual governador Rui Costa. E espero que o povo baiano não se engabele mais uma vez com a suposta construção da ponte Salvador-Itaparica. Aliás, esse governo, caro deputado Alex, já gastou mais de R\$ 100 milhões somente com projetos para essa ponte Salvador-Itaparica.

Enquanto isso, você pega aqui o *ferry boat* para atravessar a Baía de Todos os Santos e o que você vê, apesar do esforço dos trabalhadores daquele sistema, são condutores com pouca experiência; falta completa de estrutura nas embarcações; sanitários que fazem vergonha para qualquer baiano ou brasileiro, que, aliás, por curiosidade, perguntei a um daqueles servidores do sistema *ferry boat*, que me disse que os sanitários de todas as embarcações do *ferry boat* só têm asseio uma vez por dia. Portanto, se você embarcar 6 ou 7 horas da manhã você vai ter sanitários e embarcações limpas, mas se embarcar a partir do meio dia sugiro que não vá ao sanitário, aguarde chegar em Itaparica para satisfazer as suas necessidades fisiológicas.

Mas respeitando a ordem quero ceder um aparte ao nobre deputado Alex Lima, esse aguerrido deputado da região norte do Estado, que tem sido tão bem tratado pelo governador, que tem os asfaltos das suas estradas recuperados, que tem sido de fato

um dos deputados mais prestigiados desta casa, pelo menos é o que a sua atuação, meu caro deputado, nos faz crer.

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex^a me permite um aparte?

Com a palavra, o deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Agradeço, deputado Hildécio Meireles, a oportunidade de contribuir com o pronunciamento de V.Ex^a na tarde de hoje, mas apenas para registrar, meu querido amigo deputado Hildécio, se V.Ex^a pudesse trazer para esta Casa esses recursos do governo federal, que tenham sido assinados pelo próprio presidente Michel Temer, que não sejam coisas que foram assinadas na época da presidente Dilma, acho que mataria muito a nossa saudade. Mas compreendo, também, a dificuldade – um homem sério como V.Ex^a, um homem que foi acostumado a ter mandatos disputados nas urnas e por isso foi por três vezes o maior prefeito da história de Cairu, deputado estadual muito bem votado –, imagino o tanto que é constrangedor para V.Ex^a fazer parte de um partido de um presidente ilegítimo.

Sei que V.Ex^a é acostumado a ganhar eleição no voto e tenho absoluta certeza de que sabe separar o joio do trigo e sabe que os brasileiros elegeram o Sr. Michel Temer para ser vice-presidente numa chapa pilotada pelo PT, pela presidente Dilma, pelo ex-presidente Lula, por um projeto, deputado Hildécio Meireles, que melhorava a condição de vida do povo mais simples deste País, um projeto que olhava para o nordeste brasileiro e não esse projeto que foi e tem sido responsável por retirar direitos dos trabalhadores e levar o Brasil ao número de 14 milhões de desempregados depois da baboseira e da lambança firmada pelo pacto entre DEM, PSDB e PMDB.

Um abraço e obrigado pela oportunidade.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, deputado Alex, quero repetir para V.Ex^a.que...

O Ser. Targino Machado:- Deputado Hildécio.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Só um minuto, deputado Targino...

O Sr. Targino Machado:- Não, por gentileza, eu peço a V.Ex^a para incorporar o “discurso” do deputado Alex no “aparte” de V.Exa.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Ok. Está incorporado, então. Peço que incorpore o pronunciamento do aparte do deputado Alex no nosso discurso.

Mas eu queria, deputado Alex, repetir mais uma vez: olha, eu não tenho nenhum dever de defender o presidente Temer, o presidente golpista no qual V.Ex^a votou. E eu não votei apesar de ser membro do PMDB. E lhe digo mais: sou membro do PMDB, venho da escola de Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, de tantos outros valores que este partido teve. Aliás, foi o partido que verdadeiramente sustentou a democracia deste País, enquanto... E V.Ex^a falou aí, e eu gosto de justiça, deputado Alex, os 14 milhões de desempregados do Brasil é uma consequência do governo petista, é uma consequência do governo da ex-presidente cassada, Dilma Rousseff.

Portanto o que eu falo aqui com relação ao governo federal é somente para fazer justiça, mas tenho a tranquilidade que não votei nem com o PT de Lula e Dilma tampouco com o vice-presidente Michel Temer, que assumiu a presidência do País.

Com o aparte o deputado Fabio Souto, em seguida o deputado Luciano e o deputado Targino.

O Sr. Fábio Souto:- Eu agradeço o aparte, deputado Hildécio. V.Ex^a é um deputado brilhante, atuante nesta Casa, que traz temas importantes para o nosso Estado. E, para incorporar-me ao pronunciamento de V.Ex^a, quero falar também da segurança pública. Os dados que tivemos na última semana são aterrorizantes. De 30 municípios mais violentos do Brasil, nove são do nosso Estado. Infelizmente, nove são na Bahia. Mas com essa notícia que ocorreu na semana passada, nós esperávamos que as autoridades da Secretaria da Segurança Pública viessem a público e efetivamente não fosse discutir se o índice é 92 homicídios por 100 mil habitantes ou 80 mil, porque todas essas taxas são altíssimas. Se fosse 70, seria altíssima; se fosse 99, muito mais alta. Mas a questão não é essa, a questão é que todo baiano, todos nós esperávamos do secretário de Segurança que ele viesse efetivamente com medidas que fossem melhorar a segurança pública. A questão principal não é a estatística, é a sensação que V.Ex^a, eu e todos os baianos vivemos hoje que é a insegurança pública. Mais importante do que essas estatísticas é a questão que a gente vive e sente no dia a dia ao circular em nosso Estado. Outra questão em relação à segurança pública que foi colocada, deputado Hildécio, é que menos de 8% dos homicídios na Bahia são elucidados. Esse é um dado estarrecedor. As pessoas que matam, os bandidos que assassinam as pessoas não são descobertos e, por isso, eles continuam a assassinar jovens baianos do nosso Estado.

Portanto V.Ex^a está de parabéns por trazer temas da saúde, da infraestrutura, e eu fiz questão de fazer este aparte para me incorporar nesse belo discurso que V.Ex^a faz, abordando a questão da segurança pública que, infelizmente, vai muito mal em nosso Estado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, deputado Fábio. Incorporo o seu aparte ao nosso pronunciamento. Como aqui falei, deputado Fábio Souto, V.Ex^a também com muita competência tem tratado dos assuntos de interesse dos baianos. O governo, apesar de gastar 260 milhões no Centro de Operações de Inteligência, no interior do Estado ainda tem mais de 100 cidades que não têm sequer um delegado e não têm sede para os policiais trabalharem. Geralmente, as prefeituras terminam cedendo imóveis de sua propriedade.

Eu quero também dar um aparte ao deputado Luciano Ribeiro...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Meu caro Hildécio, queria parabenizá-lo pelo brilhante pronunciamento nesta tarde. E quero aqui, amigo, como sempre faço, tratar das questões da Bahia. E, hoje, em especial, quero aqui fazer um apelo à Mesa desta Casa, que foi eleita sob a bandeira da independência do Parlamento, que tome alguma providência com relação ao cumprimento das emendas impositivas dos deputados.

Não é possível em tempos de hoje, e ainda mais para quem usa sempre essa tribuna para falar em democracia, em lisura das coisas públicas, assistir o governador para destravar a pauta desta Casa distribuir 54 ambulâncias para a Base governista e nenhum para a Oposição.

A emenda impositiva é um comando constitucional, ela está prevista como um comando constitucional. Se nós desta Casa e a Mesa que foi eleita com essa bandeira não comprarmos a nossa independência, jamais o Poder Legislativo será respeitado.

Nós estamos preparando uma representação eleitoral contra o governador Rui Costa pelo ato de hoje, porque entendemos que ele está usando de dinheiro público para fazer campanha antecipada. Pegar 54 ambulâncias de emendas impositivas para distribuir e destravar a pauta desta Casa com seus aliados e escolher a dedo aqueles a que elas serão destinadas... Ele irá, certamente, ter que prestar contas na Justiça Eleitoral.

Muito obrigado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- O.k., deputado Luciano, incorporo seu aparte ao nosso pronunciamento.

Deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Muito obrigado, deputado pela concessão do aparte de V.Ex^a. Estou aqui aguardando durante toda a fala de V.Ex^a que aparecesse um incauto deputado de Governo para se defender da acusação que V.Ex^a fez, de proselitismo político com o Projeto de Lei nº 21.346. Aliás, eu avisei aos, também incautos representantes do Ministério Público que o governo não estava fazendo força no sentido de aprovar esse projeto, porque esta é uma Casa homologatória do governo do Estado. Se o governo quisesse, já teria aprovado o projeto dos senhores e nós estamos aqui dispostos a fazê-lo (palmas), abrir mão de todas as formalidades em nome da Bancada de Oposição...

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Para concluir.

O Sr. Targino Machado:- (...) para trazer à Ordem do Dia esse projeto. (Palmas)

O Sr. Hildécio Meireles:- Obrigado, deputado Targino, incorporo o seu aparte ao nosso pronunciamento.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Tempo deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Para concluir, presidente. Deputado Luciano, deputado Targino, gostaria de lembrar somente, que esse é o governo republicano e democrático do Partido dos Trabalhadores. É o governo que se especializa em desobedecer e em descumprir a lei, é o que a tem visto na nossa velha Bahia.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador, nem pelos aparteantes.)

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Pois não.

O Sr. Soldado Prisco:- Quero solicitar a verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. Rosenberg Pinto:- Pela ordem.

A Sr^a. Fátima Nunes:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- V.Ex^{as} serão atendidos. Deputado Rosenberg.

O Sr. Rosenberg Pinto:- Presidente, eu tenho feito um apelo aos nobres deputados aqui presentes para que pudéssemos votar os projetos. Acabou de fazer uma intervenção o deputado Targino Machado falando que abria mão de tudo, etc e tal, para que votássemos os projetos, etc e tal, e imediatamente a Oposição...

O Sr. Targino Machado:- Não coloque palavras em minha boca, V.Ex^a gosta disso...

O Sr. Rosenberg Pinto:- (...) pede verificação de quórum, ou seja, então, há uma contradição nessa questão, por isso queria pedir aqui, aproveitar já para conclamar os deputados a estarem aqui presentes neste momento para que possamos debater essa questão de ordem feita pelo deputado Hildécio no sentido de que dêmos continuidade à sessão, para que possamos votar os projetos de interesse da sociedade. Vamos votar a LDO, hoje, no primeiro turno. Fizemos uma sessão conjunta, presidente, hoje pela manhã, um esforço de todo mundo, inclusive da Oposição junto com o Governo. Eu reconheço a angústia dos deputados, conversei nesse instante com o deputado Leur sobre essa questão das ambulâncias, acho que é um direito dos diversos deputados aqui com relação às emendas impositivas, porque as emendas são de caráter da Assembleia Legislativa, de todos os deputados.

Por isso eu queria ponderar, mais uma vez, com os deputados da Oposição, para que retirássemos a questão de ordem...

A Sr^a Dra. Fabíola Mansur:- Pela ordem, Presidente.

O Sr. Rosenberg Pinto:- (...) para que criássemos o hábito aqui, como nós deliberamos a partir da assunção à presidência desta Casa do deputado Angelo Coronel, que definiu que nas terças-feiras votaríamos projetos do Executivo e nas quartas-feiras votaríamos projetos de deputados.

Quero aqui agradecer ao deputado Leur Lomanto e a todos os deputados de Oposição, que na terça-feira passada abriram mão das prerrogativas, ou seja, dispensando todas as formalidades para que nós votássemos um projeto de minha autoria, que diz respeito à regulação territorial da cidade de Santa Luzia, Mascote e Una. Acho que é isso que eleva o nosso parlamento: é o debate, a aprovação dos projetos, algo que possa dignificar os deputados e ampliar o respeito que a Casa tem com a população baiana.

Porque, esta é uma Casa que, de fato, trabalha. Esta é uma Casa que atua diuturnamente nos debates. Ainda hoje a deputada Fabíola presidiu uma audiência pública da educação com a presença do secretário Jorge Portugal e de todos os representantes das diversas instituições vinculadas à Secretaria: IPAC, Fundação Pedro Calmon, Fundação Cultural da Bahia, quando fez uma bela apresentação do que é a cultura para a Bahia e de como o governador Rui Costa tem ajudado na gestão da cultura do nosso Estado.

A Sr^a Dra. Fabíola Mansur:- Pela ordem, Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Por isso eu queria que V.Ex^a intercedesse também junto aos deputados para retirar a questão de ordem, mas se os deputados não concordarem com isso, gostaria que V.Ex^a marcasse o tempo de 15 minutos, chamasse nominalmente as pessoas, atuasse nas campanhas para que nós pudéssemos dar continuidade a esta presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Tempo de 15 minutos, então.

O Sr. Hildécio Meireles:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a Dra. Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Soldado Prisco:- Questão de ordem.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Deputado Targino, depois Fabíola Mansur, como foi pedido.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, precisamos falar sério nesta Casa. Vamos acabar com a mentira! Já bastam as mentiras proferidas pelo governador Rui Costa, posando de protagonista de comédia na televisão, inventando obra no norte para divulgar no sul, inventando obra no oeste para divulgar no leste, e agora vem o representante do PT nesta Casa, Líder, para dizer que esta Casa “trabáia”.

Ora, se esta Casa “trabáia”, o que é que se vai dizer dos trabalhadores, que estão aí fora trabalhando, batendo ponto, para esta Casa que deputado de governo só aparece aqui às terças-feiras a pulso, agora estão aparecendo, da semana passada para cá, porque receberam uma merendinha, receberam cem mil reais para botar no São João da cidade aqui, da cidade ali, vinte mil para cá, trinta mil para lá. Hoje receberam uma ambulância, por isso que estão aqui.

E eu quero aproveitar essa oportunidade dessa galera trabalhadora de ocasião, porque essa Casa levou dois meses, e os senhores são testemunhas disso, sem aprovar um projeto. (Palmas). As poltronas..., eu tendo que avacalhar o Poder Legislativo que eu tanto amo, que eu tanto respeito, ir para aquela tribuna saudar os senhores deputados e as senhoras deputadas e as poltronas vazias, que sempre são maioria nesta Casa, e vem o deputado Rosemberg dizer que esta é uma Casa que trabalha. Esta é uma Casa que se está jogando dinheiro fora. O grande ralo por onde passa o dinheiro da Bahia é a Assembleia Legislativa. Quinhentos e tantos milhões de reais

gastos por ano para nada. Eu pergunto: se esta Casa fechar, será que tem aí fora uma baiana de acarajé, um gandula na Fonte Nova, um operário, alguém aí fora que vai sentir falta? Não, ninguém, porque esta Casa é preguiçosa, é tolerante. (Palmas).

A Sr^a Dra. Fabíola Mansur: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado:- E eu quero aqui desafiar o deputado Rosemberg, quero desafiar V.Ex^a e o seu proselitismo político, quero desafiar.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Estou aqui.

O Sr. Targino Machado:- Nós, em nome da Oposição, como vice-Líder que eu sou, com a autorização do Líder Leur Lomanto, dos vice-Líderes, nós vamos abrir agora, traga o requerimento, nós vamos abrir mão, dispensar todas as formalidades para trazer para votação...(palmas)...

O Sr. Targino Machado(...), o Projeto de Lei nº 21.346/2015. Vamos trabalhar, vamos trabalhar! (Palmas).

E aí, se V.ex.^a fizer isso, a gente vota o resto. Embora, a vontade que eu estou é de não votar a LDO para a gente não ter recesso. Recesso de quê? Recesso é férias de quem trabalha, se essa zorra aqui não está trabalhando, não está produzindo? (Palmas).

Então, vamos abrir mão das formalidades, vamos dispensar as formalidades em nome da Oposição, para trazer para a Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 21. 346/2015, que busca conferir autonomia administrativa do Ministério Público. (Palmas).

Agora, vocês querem ver uma coisa? Passa a câmara aqui no deputado Rosemberg Pinto para ver a cara de amarelo. Eu prefiro ficar vermelho, cinco minutos, para não ficar assim amarelo o resto da vida, amarelo, o nariz de Pinóquio crescendo, crescendo, crescendo.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Para concluir, deputado.

O Sr. Targino Machado:- Excelência, vamos falar a verdade? Pois não, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Questão de ordem da deputada Fabiola Mansur pelo tempo de cinco minutos.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, inicialmente pedi uma questão de ordem para, nesse ato, saudar os vereadores Laelson, Angélica, o presidente da Câmara de Cachoeira, vereador Júlio César, vereador Fabinho, todos vereadores de Cachoeira que estão aqui, o Movimento Justiça e Paz, está ali o Dr. Nelson Aragão, grandes lideranças, Toinho Alecrim, que vieram aqui, hoje, para votar o projeto de lei encaminhado do Tribunal de Justiça, pela nossa querida Desembargadora Socorro, que teve aqui dispensa de formalidades da Oposição, do Líder Leur Lomanto e do nosso Líder do Governo, deputado Zé Neto. E quando eu, relatora do projeto, que eleva Cachoeira à entrância intermediária, li o Parecer foi solicitado vistas pelo deputado Euclides, que já encaminhou de volta sem nenhuma emenda, portanto, pronto para votar.

Mas, quero aproveitar esse discurso veemente do deputado Targino Machado e dizer-lhe que a gente não é deputado da base que fica alimentado por merendinha. Peço que V.Ex^a respeite o mandato de pessoas e deputadas sérias como eu, que estou aqui diuturnamente dando quórum. Não vejo vocês, que tanto querem votar projetos, dar quórum, porque esperam exatamente pedidos de verificação do quórum para ele cair e impedir votações de projetos para a Bahia.

Por que se demorou 2 meses para votar alguns projetos? Certamente não foi pela deputada desta Bancada. Então, quero dizer que estou ...

(Vários deputados falam fora do microfone.)

A Sr^a Dra. Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, respeite a ordem. Eu estou com uma questão de ordem.

Então, quero pedir respeito ao trabalho de vários deputados aqui, porque na verdade o que eles fazem não é jogar para a plateia. Joga para a plateia quem quer ter aplauso e verdadeiramente não dá quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao representante do PSL para falar ou indicar orador pelo tempo de 7 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Pois não, deputado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, quero, na verdade, fazer uma comunicação inadiável para cometer uma inconfidência e aqui vou até pedir licença. Eu sou Vice-Líder da Bancada. Sr. Presidente, quem tem legitimidade para impugnar a minha fala é o Líder da Oposição, não o do Governo. Então, bote o rabinho entre as pernas e fique quieto, porque vou falar agora da merendinha, deputado.

Peço licença ao deputado Carlos Geilson, porque vou cometer uma inconfidência agora. Deputado, não é com V.Ex^a, mas com um prefeito que vota no senhor e me passou uma mensagem hoje - o prefeito Luedson, de Tanquinho de Feira - pedindo-me para destinar desta verba dos R\$ 100 mil alguma coisa ao município dele para os festejos juninos. Disse a ele que sequer apareci no Plenário na terça-feira para votar porque não podia vir pra cá, já que fui voto vencido. Eu me considerava voto vencido na minha Bancada e não podia vir pra cá me contrapor a ela.

No acordo que fizeram para receber esses 100 mil reais, que chamo de merendinha e vou chamar a vida toda ... Quem não quiser ser chamado de deputado-merendeiro fique fora disso!

Então, ele me pede para destinar parte desse recurso. E eu lhe disse que não concordava com isso. Isso não é papel do deputado! O papel do parlamentar é colocar no Orçamento as suas emendas, e elas serem atendidas, se aprovadas. O que foi das emendas impositivas, que foram aprovadas aqui, e nas minhas emendas impositivas não havia essa merenda de R\$ 100 mil para eu destinar para município algum, porque eu me respeito.

Um Estado em que a segurança pública diminuiu o investimento – deputado Hildécio já falou de investimento hoje – em R\$ 300 milhões a rubrica de investimento em segurança pública, de 2016 para 2017. A segurança pública está falida, não tem efetividade, não tem eficiência nem eficácia. Em vez de colocar o dinheiro na segurança pública ou saúde, o dinheiro é dado para o deputado fazer festa. Do jeito que está, um dia desses vai ter emenda para cabaré.

Sr. Presidente, por isso eu não retiro uma palavra do que disse. Não vejo ninguém aqui com autoridade para dizer: “Eu estou aqui e dou presença”. Não sou dedo-duro nem cagoete, mas não tenho visto aqui, neste período legislativo, os deputados que estão aqui, agora, requisitando a presença no Plenário, frequentemente. As sessões caíram, muitas delas, inclusive...

O Sr. Targino Machado:- (...) Eu tenho 10 minutos, Sr. Presidente. Muitas das sessões que caíram aqui nos últimos 60 dias, também foi por causa da ausência da deputada Fabíola Mansur que deveria estar exercendo a atividade dela em outro lugar, como muitos outros deputados. Mas o primeiro lugar para os Srs. Deputados estarem é aqui, neste Plenário. Essa história de dizer que está em alguma secretaria do Estado é conversa fiada. Deputado tem que trabalhar pela tarde aqui, porque o povo paga para nós estarmos aqui. Quem quiser ir para secretaria, que vá pela manhã. Na Bahia, já houve governador que, inclusive, proibiu o secretário de atender o deputado, na secretaria, no período da tarde. Acho que isso deveria voltar.

Em vez de estarmos gastando dinheiro, meu presidente Angelo Coronel, com *outdoor* na rua dizendo que vai cortar o salário do deputado faltoso... eu quero saber de quem foi o salário cortado, porque são muitos os deputados faltosos sem justificativa. Fica fácil, o camarada chega ali, às 8h da manhã, aperta a senha dele e marca a presença no painel. Se o operário fosse assim, o nosso parque industrial estaria quebrado. Vamos falar sério. O que a Oposição quer, na verdade... O deputado Zé Neto chegou! Apareceu o deputado Líder do Governo (palmas). Vamos, deputado Zé Neto, dispensar as formalidades para votar o projeto do Ministério Público... (As Galerias se manifestam)

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Questão de ordem.

O Sr. Targino Machado:- Não. Questão de ordem, não. Eu estou falando e ainda tenho 2 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, depois dele. Eu fui citado.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Mais 2 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Quero dizer que já vi o deputado Zé Neto reunido com vocês nos corredores, dizendo que não tinha problema, que ia botar. Deputado Zé Neto não manda em nada aqui, perdoem ele, ele é uma marionete do governo. O deputado está aqui para balançar a cabeça, como lagartixa, dizendo amém ao governador. Vamos ser homens, uma vez na vida! Uma vez na vida. Aqui, na presença dos ilustres. companheiros do Ministério Público. Vamos dispensar as

formalidades. Cadê o Líder do PT que disse que se o projeto chegasse, votaria a favor? Cadê o deputado Alex? O deputado Alex chegou ali e fez um discurso para arrancar aplausos dos senhores, e eu fiquei aqui dando risada por tanta desfaçatez.

A hora é essa! Vamos pressionar. Cadê Zé Neto? Deputado, você pagou com traição a quem um dia lhe deu a mão.

Com a palavra o deputado Zé Neto. Muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- V.Ex^a tem a palavra, Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, nós vivemos na Bahia um momento muito delicado na política, na economia. Eu diria a V.Ex^a, que o conjunto das coisas que acontecem aqui têm uma influência muito grande do governo federal que hoje lá está. Um governo imposto, um governo que destrata o Nordeste, destrata o nosso Estado. Eu vejo alguns fazendo o discurso fácil, tentando desvirtuar o nosso momento, diria, de firmeza e consolidação deste Estado. A Bahia é um dos poucos estados... está entre os seis dos 27 estados que estão conseguindo pagar os salários e o 13º no fim do ano.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Por favor, há uma questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- Nosso Estado está fazendo o dever de casa.

Sr. Presidente, outra questão é relacionada aos que nos procuram aqui. Eu quero dizer ao pessoal do Ministério Público, com muita tranquilidade até, porque eu tenho muita tranquilidade para falar com vocês. Primeiro, que o discurso aqui embaixo é fácil. Na prática, eu fui oposição aqui. Sei como a oposição era tratada e como vocês eram tratados. Vocês nem existiam, porque não botavam a cara aqui, ninguém ouvia. Aqui, nesta Casa, para se trocar um acento quem fazia era a secretaria da Mesa, porque o deputado não trocava um acento no projeto de lei. Todas as vezes que nos procuram, foram ouvidos. Todas as vezes que nos procuraram, deram passos para serem bem tratados. Inclusive, no caso específico dessa categoria, que eu conheço de perto o caso...

O Sr. Zé Neto:- Eu acho que ajuda mais se vocês contribuírem. Se vocês acham que eu não posso falar, então eu vou deixar de falar aqui e vocês falarão o que quiserem. Acho que vocês ouviram o que a oposição falou. Eu sempre ouço vocês, sempre recebo vocês. Fui responsável, junto com a nossa Bancada, por aprovar um plano de carreira que não existia para vocês. Compreendo, inclusive, a legitimidade do pleito de vocês; passa por uma decisão que não é só minha, é claro. Eu não tenho nenhuma situação delicada para colocar, porque eu faço parte de um conjunto e a gente tem que pensar no conjunto.

E outra situação, nós aqui, neste momento, ao vermos que esses... que parece que a Bahia está na contramão, não, não está na contramão. A Bahia está tratando, como deve tratar, a sua situação fiscal e econômica. E, hoje, nós estamos entre os dois estados do Brasil em termos de equilíbrio, mas o equilíbrio não quer dizer que há alguma folga. Nós temos consciência disso e responsabilidade com isso.

Eu nunca... inclusive, fico triste quando estou tentando falar e vocês ficam incomodando. Talvez, alguns de vocês que estão tentando incomodar não conheçam a minha história com os trabalhadores deste Estado. Às vezes, dizer não, não quer dizer que fechou a porta. Às vezes, dizer não é agora, não quer dizer que fechou a porta. Às vezes, tomar um posicionamento aqui e agora, parece algo que está distante da realidade. Não. Nós temos 14 situações no Estado parecidas com a de vocês. E nós estamos aqui, infelizmente, sob a égide de um momento delicado em que precisamos sair do limite prudencial, precisamos avançar, os recursos do Executivo e do Estado são limitados. Eu diria a vocês que quando ouço aqui algumas reclamações, esses que reclamam deveriam lembrar – voltando ao que falei há pouco – o que defendem. Porque defender trabalhador aqui para fazer discurso fácil e proselitista é uma coisa, agora, lá, em Brasília, defender reforma trabalhista, defender reforma da Previdência, defender situações muito mais graves para vocês e vir para aqui fazer discurso bonitinho, isso não cola comigo. Nós sabemos onde estamos e quem defendemos. E podem ter certeza de que não há, no Brasil, hoje, trabalhador de estado mais respeitado do que os trabalhadores do Estado da Bahia que, hoje, com certeza, têm o respeito do nosso governo.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao representante do PSL para falar ou indicar orador pelo tempo de sete minutos.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, pelo PSL, vai falar a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de sete minutos.

A Sr^a Dra. FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, antes de começar o mérito do discurso, vamos tratar de problemas do coração, usando o jargão médico. Temos que ser, antes de tudo, deputados que defendem a Bahia de forma equilibrada, com verdade e transparência. Porque discursos inflamados e veementes que não trazem a verdade absoluta, são um desserviço. A função de um deputado estadual é estar aqui em plenário. E, neste sentido, provavelmente sou uma recordista em presença. Mas é, também, participar de comissões temáticas. E não vejo alguns deputados que aqui se inflamam e fazem discursos veementes participarem de nenhuma das 15 comissões temáticas que têm a função de ouvir a sociedade civil organizada, ouvir através de atos de pura democracia participativa. A ferramenta desta Casa do povo é ouvir. Muitas vezes, devemos ser os proponentes de projetos, mas também devemos ser ouvidoria do povo.

Na Comissão de Educação e Cultura, Comissão de Saúde, Comissão de Segurança Pública, de Direitos Humanos, de Promoção da Igualdade, de Infraestrutura, não vejo deputados que participam e, efetivamente, ao ouvir a sociedade colocam projetos de lei importantes para que sejam aprovados, melhorando a vida dos baianos. Nosso colega que me antecedeu, por exemplo, não participa de nenhuma comissão temática. Vejo, muitas vezes com preocupação, a veemência com

que faz seus discursos. Até me preocupo, como médica, para acalmar seu coração, para que não passe por um problema de saúde maior.

Aliás, falando nisso, quero saudar o Hospital Ana Nery que, hoje, aumenta em 114% o número de cirurgias cardíacas, reduzindo a espera, ofertando exames e cirurgias de alta complexidade, como cateterismo. E é, também, uma forma de evitar mortes súbitas, infartos, e realizar cirurgias de alta complexidade. Hoje, também, o nosso governo lançou o Partiu Estágio, mais de 2.410 estudantes universitários foram convocados. Ao invés de se pegar o telefone para pedir um estágio, agora, por meritocracia, têm a chance de ter esse primeiro estágio, que é tão importante para a inclusão da nossa juventude. Esse programa junto com o Primeiro Emprego, que é para jovens egressos do ensino médio, junto com o programa Mais Futuro, que fornece uma bolsa de estudos de 300 reais para estudantes que moram a menos de 100 quilômetros e mais do que 100 quilômetros da universidade, possibilitam o acesso à educação. Isso tudo são programas, são atividades do governo que estimulamos e batemos palmas. Bem como tudo que vem dessas secretarias e das comissões temáticas, que se transformam em programas.

Então, já disse, porque aqui me manifesto pela segunda vez, que sou favorável ao PL 21.346, mas esta é uma Casa política. A Defensoria Pública já esteve aqui e obteve a aprovação de todos os deputados, da Base e da Oposição. Os aplausos e vaias fazem parte, mas a articulação política equilibrada, aquela que possibilita a autonomia administrativa através da votação, essa só é conseguida através do diálogo e o diálogo com todos os deputados de forma respeitosa, de forma a procurados em seus gabinetes apresentem argumentos, eu estou convencida, mas apresentem argumentos para não só votar e aprovar, mas também dispensar as formalidades. Assim é que se faz numa casa política, assim foi que fiz quando, e aqui saudando mais uma vez, a todo o povo cachoeirano, aqui estive para solicitar a aprovação com dispensa de formalidade ao deputado Zé Neto, Líder do nosso governo e ao deputado Leur Lomanto, para a elevação da comarca de Cachoeira para entrância intermediária, uma solicitação do povo cachoeirano, que também é missão do deputado estar visitando as suas bases. E aqui tenho sido frequentemente a voz de Cachoeira e uma das poucas senão a única voz a defender o interesse do município. Aqui também é trabalho de o deputado visitar as suas bases, ser ferramenta, ser voz do povo que está nos municípios trazendo para esta Casa.

Visitamos a desembargadora Socorro, junto com a senadora Lídice da Mata, deputado Zé Raimundo, estivemos aqui junto com Zé Neto e Leur Lomanto pedindo ao nosso presidente Angelo Coronel que dispensasse as formalidades e pudesse colocar esse projeto, e aqui está. Tivemos a honra de, na terça passada, ter a relatoria do projeto e quase conseguimos colocar em votação, mas não conseguimos devido a um pedido de vista, que infelizmente, aconteceu, mas é regimental e tem que ser respeitado.

Vamos ajudar. Quero dizer a vocês que essa é uma casa política. Eu não venho aqui para fazer discurso proselitista, jamais. Sou uma deputada que trabalha, sou uma deputada que dá quórum, sou uma deputada que não tem medo de criticar, de sugerir,

de aplaudir, é isso que se faz a política com “P” maiúsculo e com seriedade. Quórum aqui também faz parte de interesses nem sempre transparentes. Existe uma agenda oculta na política, agenda oculta de interesses que temos que ir nos gabinetes articulando, mobilizando como vocês estão.

Quero, para terminar, parabenizar o povo cachoeirano que hoje pede o quórum para a votação. E, segundo, parabenizar todos os servidores do Ministério Público, que fazem, sim, um excelente ato democrático de vir à casa do povo pedir a aprovação justa do PL 21.346. É assim que se faz política com debate, com contrapontos e contraditórios, mas com respeito ao trabalho de um deputado estadual. Eu não me pauto por merendas ou merendinhas, não me pauto por nada que não seja defender o direito dos baianos, promover o desenvolvimento econômico, social e ajudar de forma equilibrada a Bahia, o nosso governo e as pessoas. É assim que é a política com “P” maiúsculo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo ou da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PP/PSB/PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, falará no horário PP/PSB/PTN o deputado Angelo Almeida pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V.Ex^a falará por todo o tempo.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Casa do debate e da democracia, sobretudo, temos que pedir em momentos acalorados que ao menos haja o mínimo de respeito às pessoas e a luta de cada um. Não tenho nenhuma dúvida que os componentes do Ministério Público, que aqui estão representando a categoria dos servidores, têm uma luta legítima. Mas, ainda que defensor e deputado da base do governo, nós quando viemos aqui para dialogar com vocês, sobretudo, com o olhar da sinceridade, vimos também dizer que é necessário que possamos ter a responsabilidade de compreender o momento que vivemos.

Nesta semana, em um *blog*, mídia nacional, havia um professor do Rio de Janeiro, de uma universidade, com uma placa pendurada no pescoço, dizendo que desde dezembro não recebia salário e que não recebera sequer o 13º.

Ontem, nós participamos, deputado Zé Neto, juntamente com o governador Rui Costa, de uma atividade da Federação dos Consórcios, também da Frente Parlamentar dos Consórcios Municipais.

Lá, pudemos perceber claramente a vontade do governador, que sinalizou para nós, não só para deputados, como para prefeitos, que ele estava se organizando para discutir com as diversas categorias a legitimidade da luta pelo reajuste e pelo reconhecimento das categorias. Mas ele também explicava que, em sua posição de

governador do Estado, e com a responsabilidade que tem, está atravessando dificuldades e lutando para as superar, e vamos superar.

O Estado da Bahia, deixando claro, porque há pouco subiu à tribuna um colega da Oposição e fez pouco caso do que temos visto, deputado Alex, como presidente da Comissão de Saúde, o governo fazer na área da saúde, como se nada estivesse acontecendo.

Só para esclarecer, em 2015 o Governo do Estado investiu R\$ 3 bilhões e 10 milhões reais em saúde pública. Em 2016, saltou para R\$ 3 bilhões e 149 milhões, R\$ 139 milhões a mais. No primeiro quadrimestre deste ano, R\$ 960 milhões e 400 mil reais. O que quer dizer que a continuar nesse patamar nos próximos quadrimestres, vamos chegar a R\$ 3 bilhões e 841 milhões em investimentos em saúde.

Dizer que nada aconteceu na saúde da Bahia é desconhecer, por exemplo, que no governo Rui Costa, a partir de 2015, já são 640 novos leitos abertos na Bahia; desconhecer o HGE 2, com 161 leitos; o Hospital da Mulher, o maior e mais moderno hospital para a mulher de todo o Norte e Nordeste do País, e porque não dizer, de todo o País, com 136 novos leitos inaugurados este ano; 88 novos leitos no Hospital Geral Roberto Santos; 57 novos leitos em Itabuna; 33 em Lauro de Freitas; e por aí vai.

E mais, através de uma política inovadora, porque a sociedade, em um momento, requer inovação e coragem para isso... O governo Rui Costa tinha, sim, um planejamento e, diante do curso que tomou a situação socioeconômica e política do nosso País, houve mudanças. Uma dessas mudanças foi, justamente, a inovação de se criar e constituir os consórcios municipais de saúde, com as policlínicas, através de um exemplo muito bem-sucedido do Estado do Ceará. Novas policlínicas já estão em fase de projeto, sendo que algumas delas vão ser inauguradas em breve.

Portanto, Sr. Presidente, queremos colocar ainda que, além de tudo isso, essas policlínicas estão sinalizando um investimento na ordem de R\$ 220 milhões dentro do período de 2017 a 2018. Além disso, já foi iniciada a construção do Hospital Metropolitano de Salvador, em Lauro de Freitas, com novos 265 leitos, que serão entregues até 2018, portanto, no ano que vem.

Então, quando percebemos, como disse, aqui, o Líder, deputado Zé Neto, que dos nossos 27 estados, 19 estão agonizando, não conseguem sequer pagar em dia a folha do servidor, vemos esse governo que nós defendemos cumprindo suas obrigações, com responsabilidade fiscal.

Eu tenho certeza que, senhores, lideranças sindicais, esse movimento é legítimo. Espero que venha para o debate, espero que o projeto venha para o Plenário, para que possamos, sim, discuti-lo. E, sinceramente, dizer que ouvi a experiente deputada Fátima Nunes, minha colega, ouvi também da deputada Fabíola Mansur, ali, nos bastidores, dizer: “Nós estamos caminhando, o diálogo está avançando para se encaminhar e votar esse projeto, porque vai ser uma vontade do governo, assim que as contas estiverem equilibradas e se permita, que se coloque em votação”.

Agora, açodadamente, ouvindo só o que a Oposição tem a dizer! Temos que compreender o papel da oposição, que é, dentro de sua lógica, o de atacar quem é governo, porque quem é oposição quer ser governo, quem é governo quer continuar governo.

Essa é a realidade política que nós temos, com franqueza, de tratar nesse momento, mas nunca perdendo de vista a coerência, que está indicando que o governo Rui Costa vem fazendo sua parte, vem avançando em projetos de desenvolvimento socioeconômico, vem fazendo boa política de estrutura financeira para que essa política, que é feita, inclusive, através de redução de custos... porque é se reduzindo os custos com a máquina do Estado que vai sobrar dinheiro para negociar com os senhores, sentar aqui, nesta Casa, e aprovar este projeto, que é importante, porque não é só V.Ex^{as}, da Oposição,...

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- (...) que querem atender ao pedido legítimo da categoria, é obvio que nós também queremos, dentro do princípio de exequibilidade, desde que seja possível se fazer este projeto, se aprovar o projeto.

Portanto, com muita tranquilidade, venho aqui dizer que observamos, primeiro, os ataques e, na condição de Vice-Líder da nossa Bancada, aprendemos com eles, mas, sobretudo, nos mantemos firmes porque acreditamos no Governo e no governador que, neste momento, conduz o destino do Estado da Bahia. Aliás, não é só este deputado que está dizendo, o povo da Bahia também está dizendo.

É preciso lembrar, e eu não canso de me lembrar disso, que no final do ano passado um instituto de pesquisas de âmbito nacional fez uma pesquisa e identificou que o governo Rui Costa foi líder no Brasil inteiro, foi, dentre todos os governos, o que conseguiu cumprir mais metas estabelecidas no programa eleitoral,...

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- (...) um programa de governo participativo, dialogado com a sociedade baiana e registrado em cartório eleitoral.

Nós temos a certeza porque foi um instituto renomado que nos disse, que nos apresentou o resultado de que este foi o governo que mais cumpriu as metas estabelecidas no programa de governo, que foi debatido no processo.

Quero, com muita satisfação, conceder o aparte ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Angelo Almeida, inicialmente, quero parabenizá-lo. V.Ex^a é um deputado que chegou há pouco tempo a esta Casa, mas já vem se destacando, porque faz as defesas dos seus posicionamentos com muita clareza.

Mas eu queria discordar de V.Ex^a: o governo do Partido dos Trabalhadores não dá, não descongela e não aprova esse Projeto nº 21.346 por um motivo simples... e, aí, eu vou discordar de V.Ex^a. Nós somos o segundo estado da Federação que mais tem cargos de confiança, e é por isso que não sobra dinheiro para fazer justiça a estes servidores. (Palmas) Se o governo fizer o dever de casa e enxugar essa gordura que

abriga os apadrinhados políticos talvez sobrem recursos para que possamos fazer justiça aos servidores do Ministério Público.

E, como colocou o deputado Zé Neto, existem mais 13 categorias que lutam por seus direitos. E é por esse motivo ele não topa colocar para votar o projeto do Ministério Público, porque essas categorias irão reivindicar esse direito.

Vejam que eles não estão tendo direito nem ao reajuste salarial. Ou seja, se o governo do Estado realmente fizesse o dever de casa, diminuísse os cargos de confiança, diminuindo, assim, essa grande capacidade que eles têm de criar cargos para apadrinhar amigos, parentes etc, aí, sim, teríamos condição de atender ao justo pleito que fazem hoje os funcionários do Ministério Público, e das outras 13 categorias que o deputado Zé Neto citou.

Muito obrigado! (Palmas)

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Deputado, o seu aparte deveria ser direcionado também, de alguma forma, à Câmara Municipal de Salvador, porque ninguém tem mais parentes no governo do que o prefeito desta capital. Isso aí é uma coisa bem tradicional, já sabemos.

Quero, então, Sr. Presidente, agradecer pela oportunidade, e lembrar que a Bahia tem, hoje, uma receita de R\$ 42 bilhões por ano e 15 milhões de habitantes. Já o Estado do Rio de Janeiro tem R\$ 82 bilhões e 16 milhões de habitantes. Então, por aí V.Ex^{as}, deputados e deputadas, nossos queridos servidores, devem imaginar o quanto é difícil...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado!

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- (...) para o governo equilibrar as finanças do nosso Estado.

Mas vamos acreditar, perseverar.

Mais uma vez parabênzo, pela resiliência, aos senhores e senhoras que vêm aqui, para que possamos ainda este ano, com fé em Deus, aprovar esse projeto de lei.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PPS para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Heber Santana:- Sr. Presidente, falará o deputado Targino Machado, pelo tempo de 5 minutos; e, em seguida, o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra os deputados Targino Machado, por 5 minutos, e Adolfo Viana, por 6 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, recuso-me a ter que me arrepender de alguma coisa que fiz, é muito ruim. Por isso, a única merenda que

recebo é a que me foi trazida hoje, com muita satisfação, pelas colegas de trabalho da Taquigrafia. Essa é a minha merenda.

Agora, quem estiver com vergonha da merenda de R\$ 100 mil que recebeu do governador, quem estiver com vergonha, vomita, joga fora. Não acho que o dinheiro. Um governo, um governador que está no 3º ano sem dar... não é reajuste salarial, não, deputado Adolfo Viana, não é reajuste. Ele não está dando sequer a recomposição salarial, isso é uma vergonha!

Não estou aqui para fazer proselitismo com categoria alguma, porque não cheguei a esta Casa, em cinco mandatos, trazido por estrela nem constelação. E nunca cheguei aqui na lanterna. Só fiz crescer a minha votação de mandato a mandato mesmo sem puxar saco de alguém. Sou deputado no 5º mandato, sempre na Oposição, e ninguém há de encontrar nada em minha trajetória na vida ou nesta Casa que possa apontar o dedo, pois tenho-me hospedado na coerência, na dignidade, no compromisso, na responsabilidade com meu mandato.

O que não pode é ouvir do deputado Zé Neto, Líder do Governo, que foi meu colega de Oposição aqui... É a prova inequívoca, o deputado Zé Neto, de que não há nada mais parecido com o governo do que a Oposição quando chega ao governo.

Quando me lembro do deputado Zé Neto aqui, dando murro, esperneando, gritando, esbravejando, falando dos REDAs! Hoje, está ladeado, de braços dados com o governador que tem mais de 16 mil REDAs, e tratando mal aqueles que entraram por concurso público. O concurso público deveria ser, se este Brasil fosse um país sério – e não é, porque não cumpre nem a sua Constituição. Pois está cravado na Constituição Federal que a única porta de acesso é o concurso público –, a única forma de acesso ao serviço público.

Mas não abre concurso público para estar amamentando o seu rebanho com o meu dinheiro, com o dinheiro do meu trabalho, do seu trabalho. Homem e mulher que nos assistem através da *TV Assembleia*, o seu imposto está servindo para alimentar essa máquina de alienados deste governo.

Aqui tem deputado cara de pau para tudo. Eu tenho legitimidade porque Temer, para mim, deveria estar no inferno, Lula nunca deveria ter aparecido, Dilma também. Para mim, os partidos políticos morreram. PMDB e PSDB fazendo conchavos para segurar o camarada que me traiu na eleição passada: Aécio Neves, ladrão, vagabundo.

Vou chamar Aécio de ladrão. E vou dizer que Jaques Wagner recebeu R\$ 12 milhões e mandou entregar no apartamento da mãe dele, no Rio de Janeiro. E a velhinha, proba, séria e honrada, quando viu o envelope com R\$ 500 mil refugou e disse: “Aqui, não, esse dinheiro não entra aqui.” E teve que chamar a Odebrecht, que disse: “Indique um nome.” E ele indicou o Sr. Carlos Daltro, Cacá, filho de Almiro Daltro, lá da minha terra, São Gonçalo.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- O ruim é ficar com vergonha, viu, deputado Carlos Geilson. Quem recebeu, recebeu, e assumo, faça o minha culpa, minha culpa:

“Recebi porque queria dar aos municípios para transformar os R\$ 100 mil em votos.” Isso é uma merenda do governo do Estado, se não tivesse essa merenda não estaríamos aqui.

(As pessoas nas Galerias aplaudem.)

Essa história de dizer...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- OK, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Concluo, Sr. Presidente.

Essa história de um deputado dizer “eu sou a favor”, outro deputado dizer “eu sou a favor”, e o ferro entrando!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana, por 6 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, funcionários do Ministério Público do Estado da Bahia que nos acompanham nas Galerias já a mais de 30 dias, aguardando ansiosamente pela aprovação do Projeto de Lei nº 21.346, posso afirmar que o que o deputado Zé Neto afirmou aqui não é justo com o funcionário do Ministério Público da Bahia nem com as outras 13 categorias que lutam, também, pelo descongelamento dos seus salários.

O deputado Angelo Almeida subiu à tribuna e defendeu o governo do Partido dos Trabalhadores como um governo econômico, e eu fui obrigado a discordar. Porque, deputado Luciano Ribeiro, nós somos o segundo Estado da Federação que mais tem cargos de confiança. Ou seja, eles perderam o governo federal com o *impeachment* de Dilma e abrigaram os amigos desempregados do governo federal no governo do Estado da Bahia. Isso é um fato. E quem é que está pagando o preço neste momento? Os funcionários do Ministério Público da Bahia e as outras 13 categorias que lutam por um direito líquido e certo.

O deputado Zé Neto tem dito com clareza que não coloca o projeto 21.346 para votar porque se votar o do Ministério Público há os das outras 13 categorias. E afirma aqui que eles, o grupo político deles é o grupo que defende os servidores, é o grupo que se preocupa com os servidores. O que é isso? Que forma de se preocupar com os servidores é essa? Dando barrigada nos servidores que estão aqui há mais de 30 dias? “É hoje, é amanhã, vamos conversar após a sessão...” E, ao que me parece, isso ainda vai perdurar por muito tempo.

Se nós, da Oposição, não formos, aqui nesta Casa, a voz desses servidores, eles serão, sim, barrigados por muito tempo, até que o governo entenda que é necessário demitir os apadrinhados políticos para assegurar direitos de funcionários do Ministério Público e das outras 13 categorias. O deputado Zé Neto fala com propriedade, como se os funcionários públicos fossem eleitores apenas do PT e do PCdoB. Acho até que eles tinham a maior parcela desse eleitorado, mas perderam,

porque a forma como O discurso é maravilhoso: gritam, se inflamam, dizem que são os verdadeiros defensores, mas não movem uma palha para colocar em pauta o projeto 21.346. E nós, deputado Leur Lomanto, através da figura de V.Ex^a, que lidera esta Oposição, já verbalizamos diversas vezes que topamos dispensar todas as formalidades para votar, porque é um direito, é justo, e eles que façam as reformas que precisam ser feitas para que esses direitos sejam consolidados.

É lamentável a forma como se coloca o Líder do Governo, deputado Zé Neto. Ele olha para os servidores e fala como se realmente estivesse fazendo uma grande força para que esse projeto venha a votação. Não é verdade! Não está se fazendo absolutamente nada, muito pelo contrário. (Palmas) Na ânsia de defender os interesses do atual governo, ele simplesmente faz uma reuniãozinha com vocês todas as terças-feiras para dar uma desculpa esfarrapada, vamos dizer assim, mas de concreto, de fato, não se trabalha para que esse projeto entre em pauta.

Quero dizer a V.Ex^{as} que a LDO já está sendo preparada para ser votada. Muito provavelmente o recesso de julho vai chegar e dificilmente, pelo que vejo aqui, o deputado Zé Neto vai colocar o projeto de vocês em votação. Mas nós vamos cobrar sem parar, junto com vocês, para que o governo reconheça o direito dos servidores do Ministério Público do Estado da Bahia. E não adianta os deputados da base do Governo subirem aqui e dizerem que estão apoiando os servidores do Ministério Público.

De fato, o que estão fazendo para que esse projeto seja votado? Porque subir aqui e dizer que apoia o projeto dos servidores públicos é muito fácil. Mas algum deputado da base do Governo foi até o governador dizer da importância do projeto, alguém cobrou do deputado Zé Neto a dispensa de formalidades? Realmente, não acredito que isso esteja acontecendo, e se o projeto vier a ser votado antes do recesso, vai ser exclusivamente pela coragem de vocês de estarem aqui todas as terças-feiras. E é óbvio que a Oposição não vai dar descanso ao Governo, porque é obrigação do Governo reduzir os apadrinhados políticos e garantir os direitos dos servidores do Estado da Bahia. Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., nobre deputado. Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria, ou ao Líder PSD, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Angelo Almeida:- Está indicada a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes por todo o tempo.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, quero, em primeiro lugar, neste momento, valorizar o trabalho de todos os deputados nesta Casa. Aqui todos vivem do seu trabalho político, e eu quero ressaltar o que foi realizado nesta semana em defesa dos direitos, do meio ambiente, da saúde, da

educação, da equidade, dos direitos das mulheres, e várias audiências públicas que tivemos aqui.

Quero ressaltar as três últimas. Ontem, na reunião da frente parlamentar dos ambientalistas, coordenada pelo deputado Marcelino Galo, tivemos várias autoridades do meio ambiente tratando de uma política, de uma lei que, se for aprovada no Congresso Nacional, não sei aonde iremos parar com as florestas, com o oxigênio, com a água, com tudo aquilo que compõe as condições de vida e de Hoje, tivemos mais duas audiências públicas importantes: uma que trata do aterro sanitário que será construído em Simões Filho, coordenada pelo deputado Bira Corôa, a quem quero parabenizar, e a outra, uma audiência sobre a cultura, na qual tivemos a presença de muitos deputados que fazem parte da Bancada do Governo – deputada Maria del Carmen, deputado Rosemberg –, mas aqueles que se arvoram aqui como defensores dos direitos não apareceram para dar nem uma palavra, sequer uma palavra. A Bancada da Oposição ficou silente, não existiu nesses trabalhos de hoje pela manhã, nas comissões, nas audiências públicas.

Ao iniciar esta sessão, hoje, presentes aqui os servidores do Ministério Público, e ao ouvir o deputado Meireles, que veio logo com a sua lança de ataque, eu disse a ele: “O senhor está atrapalhando!”. Porque todos os projetos que estão nesta Casa não ficam sem ir a voto. Agora, tudo tem o tempo certo, há o debate, o diálogo, e não vão ser nem os gritos nem as palmas que vão nos fazer votar antecipadamente. Tudo tem o seu tempo no trâmite legal, e tem sido assim constantemente, nos diversos projetos, inclusive os mais polêmicos e os mais difíceis que já votamos nesta Casa.

Tenho consciência e sei da responsabilidade do nosso governador de conduzir este momento da vida política e da gestão pública do nosso Estado, diante da crise econômica que assola este País, montada exatamente pela crise política após o golpe. Portanto, temos consciência de que, nesse trabalho profícuo, não adiantam os gritos do deputado Targino Machado para ganhar aqui os aplausos ou para exercitar a força do seu coração, porque nós todos estamos com tranquilidade, com calma e com o bom diálogo para chegar ao momento da votação.

Nós, aqui, sabemos muito bem a nossa responsabilidade, o nosso compromisso, e quando eu escuto alguém dizer que o projeto está congelado, eu queria realmente dizer que congelados estão os projetos que asseguram as condições de vida do nosso povo brasileiro, a partir de quando o PMDB, o PSDB e o DEM votaram lá em Brasília a PEC 55, que congela por 20 anos os recursos que devem ser investidos na saúde, na educação, na moradia, na melhoria das estradas. E tudo isso é um conjunto, nada é isolado, nenhuma política é isolada uma da outra. Porque se a sociedade economicamente vai bem, se o caixa público vai bem, claro que tudo roda favoravelmente.

Mas hoje todos sabem que estamos vivendo um verdadeiro retrocesso. Todos sabem que esse retrocesso é causado exatamente por este momento de golpe e de retirada dos direitos trabalhistas, em que a segurança da lei trabalhista feita há 70 anos foi praticamente extinta com esse projeto que está tramitando e sendo votado a

passo de tartaruga. Todos os dias há uma dificuldade, porque eles querem, de fato, tirar esses direitos.

E para falar do que é mais trágico para a vida do nosso povo, há o projeto da aposentadoria. Esses mesmos que estão falando aqui a favor do Ministério Público, dos servidores do Ministério Público, aos quais nós também estamos falando favoravelmente, até agora não ouvi uma palavra dos senhores e das senhoras. Aliás, na Bancada da Oposição não há senhoras neste momento, há somente senhores. Eu nunca vi os senhores virem aqui se pronunciar se são contra ou a favor da retirada dos direitos trabalhistas, da retirada da aposentadoria dos trabalhadores brasileiros.

Acho que este é que é um debate que os senhores têm que apresentar aqui e demonstrar a sua posição, porque, nesse debate do PL 21.346, nenhum dos servidores tem dúvida de que estamos trabalhando, e vai chegar, conseqüentemente, a hora de votar favoravelmente. Se a Oposição tivesse poder superior, aproveitaria, então, e votaria. Mas não é assim. A Casa Legislativa tem normas, tem seguimento, tem Regimento e precisa do diálogo. Essa é a minha posição em relação a esse projeto.

Eu queria também dizer ao nosso povo que nos assiste neste momento que lamento o que acontece hoje no município de Jaguarari. Município em que, até o mês de dezembro, todos os servidores estavam com os seus salários em dia. Bastou o povo errar na escolha do seu representante – nós estamos hoje no dia 13 de junho – e os servidores daquele município já estão com os seus salários atrasados, alguns até com dois meses de atraso, já entrando no terceiro mês.

E, pior do que isso, o próprio Ministério Público – não foi nem o líder da oposição àquele prefeito atual, mas o Ministério Público – já entrou com sete processos, seja por licitações irregulares, seja por mau uso do dinheiro público, contra aquele gestor.

Então, quero me solidarizar com aqueles que estão com os seus salários atrasados e quero repudiar a atitude daquele prefeito que não cuida com esmero do caixa para que não falte o salário dos seus servidores.

Por último, queria também parabenizar o governador Rui Costa, porque no território Semiárido Nordeste II, no território do sisal, algumas estradas que estavam com dificuldades, estragadas, e que há um tempo precisavam de recuperação, já estão sendo inauguradas. É o caso de Banzaê, onde o governador irá, no sábado, fazer a inauguração; ou do trecho de Ribeira do Amparo até a 110 também; outro trecho é o de Olindina até Lagoa Redonda, na divisa com Sergipe.

O governador está também dando a ordem de serviço para outros trechos importantes, como é o trecho de Quijingue. Nesse trecho, a gente apresentou, por várias vezes, essa reivindicação, algumas vezes até ficamos impacientes, mas chegou a nossa vez, e com certeza na sexta-feira vamos recepcionar o nosso governador para receber a ordem de serviço e levar adiante a melhoria daquela estrada da nossa região.

E assim, também, quero parabenizar o secretário de desenvolvimento rural, Dr. Gerônimo, e Dr. Wilson, da CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional). A gente costuma sempre nominar as autoridades como doutores, eles têm prestado grandes serviços pelos projetos de apoio à agricultura familiar e de apoio às mulheres que trabalham na gestão de melhoria dos seus produtos para colocar nas feiras e, assim, construir uma oportunidade de vida melhor, de vida digna no nosso interior.

Por último, queria também saudar o MST pela bela e importante participação, nesse final de semana, com a Feira da Reforma Agrária, que desenvolveu lá na Praça da Sé para mostrar para a sociedade brasileira que repartir a terra é repartir o pão, é democracia, é cidadania e é condição de vida melhor para o nosso povo. Vamos em frente e vamos vencer todas as travessias.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pela ordem o deputado Soldado Marco Prisco.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, quero pedir verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, para contraditar, do O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, eu gostaria, se mantida a questão de ordem, de pedir que os colegas deputados se preparassem para comparecer ao Plenário para darmos o quórum para a continuidade da sessão.

Mas eu gostaria de dizer ao nobre deputado presidente que, logo a seguir, ocuparei a tribuna para fazer alguns breves registros, em especial acerca desse debate sobre o posicionamento, aqui nesta Casa, dos colegas deputados que são críticos do governo Rui, mas que apoiam inteiramente as políticas recessivas, as políticas que tiram direitos dos trabalhadores, das trabalhadoras, brasileiros e brasileiras e, sobretudo, desses colegas deputados que tanto criticam o nosso governo. Uns dizem até que não votaram em Temer e em Dilma, mas, com todo o respeito, se não votaram em Temer e em Dilma, não votaram em coisa melhor também, a não ser talvez no PSOL. Votaram em Aécio? Votaram em quem?

Por isso, é preciso que nesse debate a gente assuma, na sua substância mais profunda, o norte político que nós queremos para o Brasil. Dilma sofreu um golpe parlamentar. Não que a Constituição deixe de estabelecer a possibilidade de impeachment do presidente, estabelece, mas desde que haja motivos, uma razão positiva, mas nesse caso não houve, foi, de fato, um golpe.

Eu gostaria, portanto, que V.Ex^a desse 15 minutos, fizesse a chamada nominal dos colegas deputados para que compareçam, pois nós temos um importante projeto, de número... É um projeto que vai, Sr. Presidente, permitir, inclusive, depois, a meia passagem dos estudantes no metrô. Antes vamos votar o não ajuizamento de dívidas de até R\$ 20 mil, é esse projeto que está sobrestando a pauta. Votando ele, vamos votar depois o projeto da meia passagem para os estudantes. Por isso, eu chamo a atenção da Oposição, porque, se ela insistir nessa postura, vai prejudicar os estudantes e os idosos, que não terão direito à meia passagem.

E eu vou alardear por aí afora que a Oposição não quer que se aprove a meia passagem. Não é bem isso que eu acredito que ela queira. Estou vendo ali o nobre deputado Luciano Ribeiro já atento. A Oposição quer aprovar o projeto também, mas, ao obstruir a sessão no sentido de que a gente não possa votar esse estímulo, vai, portanto, impedir. Então eu gostaria que V.Ex^a convocasse os deputados e deputadas para que venham a esta sessão votar este primeiro projeto e, em seguida, o segundo projeto. Pelo que sei, a Oposição já vai ser favorável a desobstruir para que a gente possa votar o projeto da meia passagem dos estudantes.

(O deputado Luciano Ribeiro fala fora do microfone.)

Aquele é um tema que nós vamos debater com o governo do Estado, com a Casa Civil, na hora oportuna, porque, enquanto V.Ex^a é favorável aqui, lá, no Rio de Janeiro e em São Paulo, a coisa está preta, está complicada.

(Vários deputados falam: “Não somos cariocas, somos baianos.”)

Mas, ideologicamente, a Oposição, aqui, é a favor e, lá, é contra.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Abra-se o tempo de 15 minutos. Há um pedido de verificação de quórum do deputado Marco Prisco. Os Srs. Deputados que queiram a sequência da sessão, por favor marquem suas presenças.

Marcaram: Fabíola Mansur, Marquinho Viana, Soldado Prisco, Zé Raimundo, Maria del Carmen, Jânio Natal, Fátima Nunes, Alex da Piatã, Angela Sousa, Aderbal Caldas, 11 deputados presentes.

O Sr. Hildécio Meireles:- Sim

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto. Já marcou sua presença? Marque e fale, V.Ex^a.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Já marquei.

Sr. Presidente, primeiro eu queria, hoje, dia de Santo Antônio, parabenizar a minha cidade Itororó, pois ele é o padroeiro de lá. Gostaria muito de poder ter estado lá, hoje, pela manhã, na missa em homenagem ao seu padroeiro, e à noite, no início dos seus festejos juninos, mas, em função dessa atividade aqui, manifesto apenas o meu desejo de que a comunidade de Itororó seja sempre abençoada por Santo Antônio. Que a gente tenha nele o santo que ajuda a nossa cidade a ser, todo ano, uma cidade de muita felicidade, mesmo com muita dificuldade pela pobreza que há no

Estado. É uma cidade de 25 mil habitantes, mas tem uma população muito alegre, batalhadora, por isso eu quero parabenizar, neste dia, o padroeiro da minha cidade, Santo Antônio.

Mas, presidente, eu vi a vossa intervenção hoje sobre o episódio com a jornalista Míriam Leitão e, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, fui averiguar. Quero dizer que não houve qualquer tipo de agressão por algum militante do Partido dos Trabalhadores à jornalista Míriam Leitão, e, obviamente, as manifestações que aconteceram no voo em que ela estava se estenderam também à *Rede Globo de Televisão*. Na realidade, isso é um reflexo do ódio que a própria *TV Globo* tentou construir na sociedade: a criminalização da política que ela tentou fazer.

Eu digo isso porque a própria presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, foi também, em um episódio muito parecido, num voo, questionada por um determinado passageiro – fruto, obviamente, dessas manifestações de ódio que a *Rede Globo de Televisão* tenta passar para os políticos.

Por isso, eu quero aqui dizer: primeiro, como Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, não é do nosso feitio...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado, restabelecido o quórum.

O Sr. Rosemberg Pinto:- (...) Só para concluir, não é do nosso feitio esse tipo de posicionamento. Que a gente possa restabelecer essa relação fraterna entre as pessoas.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Heber Santana:- Falará, Sr. Presidente, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Soldado Prisco, e, pelo tempo de 5 minutos restantes, o deputado Hildécio.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Então, 6 minutos, Prisco; 5 minutos, Hildécio Meireles.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, deputados aqui presentes, servidores do Plenário, vereadores da cidade de Cachoeira também, parabenizo todos vocês aqui presentes. (Palmas)

Sr. Presidente, ouvi aqui atentamente a fala dos deputados da Base do Governo, especialmente meu amigo, inclusive de comissão, deputado Angelo, da Comissão de Segurança Pública, um deputado novo, mas que tem realmente demonstrado um excelente trabalho nesta Casa – parabenizo-lhe mesmo por isso –, colocando o governo como tudo aquilo que ele colocou na campanha eleitoral, cartoriado... praticamente ele cumpriu ou é o primeiro governo no Brasil a cumprir.

Na eleição de 2014, em um debate, o atual governador – à época, candidato – criticou o também então candidato Paulo Souto afirmando que ele, quando Wagner assumiu, tinha deixado os policiais militares e parte dos servidores com o salário

abaixo do Pois esse governo, de Rui Costa, já está há 3 anos com policiais com o soldo abaixo do mínimo. Mas o óleo de peroba não foi passado na cara dele, não, só foi passado do lado de cá.

Então, este governo, está provado, na campanha foi uma coisa, mas na prática é outra totalmente diferente. Mas está aí o discurso: pagar porque a gente recebeu por luta, por perseguição, não foi por vontade do governo; a GAP, o governo deu forçadamente por movimentos reivindicatórios que ele perseguiu nesta Casa, que mandou prender, aliás, esse é o governo especialista em perseguir servidor público. É o pior governo para os servidores públicos da Bahia, está provado! Tem, agora, no site do Sindimed, sindicato que apoiou esse governo, e de todos os sindicatos, o Sindpoc, que este governo mandou cancelar o desconto consignatário com a alegação de fazer o recadastramento. E o próprio Sindimed, seu presidente, fez uma denúncia gravíssima informando que entraria na Justiça.

Governo nenhum que passou na Bahia fez o que este governo está fazendo com os sindicatos. Quem é sindicalista aqui sabe. Ele acha que o povo esquece. Vários sindicatos e associações de policiais foram prejudicados por este governo, que só faz perseguir o servidor.

Este foi o governo que demitiu trabalhadores, servidores públicos. O anterior, mesmo sendo do governo dele, não o fez. E este governo fez isso. Então é muita falácia, é muita mentira e muita enganação no discurso, mas na prática, nada.

Aí fala que não quer discutir o Projeto 21.346. É uma discussão que vai ser levada, vai ser enrolada, vai ser enganada, assim eles estão fazendo com os servidores. Este mesmo governador, na mesma matéria da *Tribuna da Bahia*, na campanha eleitoral, disse que iria manter o diálogo permanente com os sindicatos, que iria manter uma mesa de negociação. Já são 3 anos sem sentar com nenhum sindicato! Agora o óleo de peroba, ele está passando lá na cara. É muita mentira, é muita enganação!

Mas aqui no discurso, deputado, o senhor tem que conhecer realmente como estão os servidores públicos na Bahia. Tem que ir lá no sistema penitenciário para ver como estão os presídios na Bahia, tem que ir aos hospitais, adentrar. Não é a obra faraônica da propaganda que passa no horário do *Fantástico*, não.

“Ah, o governo não tem recurso!” Tire o dinheiro que gasta com a propaganda. Dê prioridade ao povo baiano que está sofrendo, que está morrendo na fila de regulação, que está morrendo nos assaltos. Aí quer chegar aqui e falar de Brasília: “Que Michel Temer, que o PMDB, que o PMDB ontem votou...”. A PEC-55, o governador, aqui, foi favorável, foi para Brasília fazer *lobby* pra votar, também, esse projeto.

Que Temer tem que cair – eu sou do PPS, meu partido já saiu de lá –, sou favorável, já era para ter saído. Nem em Temer, nem em Dilma, nem tampouco em Aécio eu votei. Posso falar de todos eles porque em nenhum deles eu votei. Vocês votaram, tanto em Dilma quanto em Temer, mas eu não votei. Todos que estão lá e que têm culpa têm que pagar. Se roubou, tem que ser preso. Vai chegar aqui. Todo

mundo sabe que a Polícia Federal esteve na sede do PT e fez buscas aqui, e vai chegar, a investigação está chegando. Mas disso aí ninguém fala!

Nós temos que falar é da Bahia, não é do Rio de Janeiro, não. Nós somos baianos! “Ah, o Rio de Janeiro, Minas Gerais...”. Eu moro na Bahia, fui eleito na Bahia para defender o povo da Bahia. O governador é governador da Bahia. Se ele tivesse prioridade, ele cortava o dinheiro da propaganda, da enganação, da mentira e da farsa. Você assiste à *Rede Globo*, olhe que criticam tanto a *Rede Globo*, mas a propaganda dele é na *Rede Globo*. É tanta crítica, aqui, à *Rede Globo*, mas a propaganda do governo, preferencial, é no horário do *Fantástico*. Você liga a televisão num dia de domingo: *Fantástico*, está lá a propaganda do governo, e é em todos os intervalos, não é só em um, não. Esse é o governo que só vive da propaganda, da enganação! Aí você liga o *Jornal Nacional*, *Rede Globo*, essa TV chamada “Rede Bobo”, que engana todo mundo! Mas eles gostam dela! Aqui discursam, mas a propaganda está lá. Está lá o dinheiro público saindo pelo ralo para fazer a propaganda da enganação e da mentira.

Então esse é o governo que vive só disso: persegue os sindicatos, não dialoga, 3 anos sem sentar e fica aqui dizendo que vai embromar vocês. Não sentou com nenhum sindicato, perseguiu-os e agora cortou o desconto dos sindicatos tentando enfraquecer as categorias de trabalhadores na Bahia.

Essa é a verdadeira face desse governo! É isso que esse governo não quer ver. Eu desafio um deputado do governo a vir aqui dizer por que o governo está perseguindo os sindicatos. Não venha com discurso bonito aqui, não, porque na campanha eleitoral foi tudo bonito, mas agora, na prática, está bem diferente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado Hildécio Meireles, por 5 minutos.

Antes do deputado Hildécio Meireles, por favor, tem um requerimento aqui na Mesa:

(Lê) “*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 600 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2017.

Deputado José Neto.”

Submeto à aprovação do Plenário.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Vamos contar os votos. Contra: os deputados Fábio Souto, Luciano Ribeiro, Heber Santana, Soldado Prisco e Adolfo, cinco votos.

Aprovada a prorrogação da sessão pelo tempo de 600 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu, ao retornar aqui ao Plenário, me deparei com o pronunciamento do deputado Zé Raimundo, que nesse momento falava de alguns deputados que sobem à tribuna e afirmam não terem votado nem Dilma, nem Temer – nem em Dilma cassada, nem em Temer golpista, como é conhecido aqui.

De fato, deputado, eu não votei, e V.Ex^a fez uma referência ao fato de ter votado com coisa igual ou pior. Eu concordo com igual, votei com alguém igual a Dilma e a Lula. A diferença, deputado, é que eu não sabia, a diferença é essa. Eu não sabia dos fatos que ocorreram e que todos sabiam que já tinham ocorrido com a ex-presidente e com o ex-presidente Lula.

Mas, voltando aqui ao nosso debate, e também à querida deputada Fátima Nunes que teria dito que eu teria girado a minha metralhadora contra o governo, eu quero dizer, deputada, que em momento nenhum ninguém vai me ver aqui, desta tribuna, falando inverdades ou sendo injusto.

Eu não posso admitir – e eu desafio alguém que desminta – um governo que não tem tratado as suas contas da forma mais legal, como manda a lei. Eu não posso admitir que esta Casa aprove, na forma da Constituição do Estado, as emendas impositivas dos deputados e o governo não pague. Não posso admitir muito mais ainda que ele não pague e diga que pagou. Então, eu tenho que ser justo, inclusive com nós todos, afinal de contas as leis são aprovadas aqui.

Eu não posso admitir, deputado Fábio, que em 2015 esta Casa, aqui, quando votou a Lei de Diretrizes Orçamentárias, fruto de acordo de Lideranças, ficou aprovado e o governador sancionou que as empresas públicas teriam obrigação de a cada trimestre publicar os seus balanços, e ele nunca fez. Isso é lei, é a LDO, e o governo não atende. Então, eu não sou culpado. Eu não posso vir aqui a esta tribuna e falar o contrário, que o governo atende, que o governo cumpre a lei, quando, na verdade, não cumpre.

E aqui, há pouco, vi o deputado Prisco manifestando o seu repúdio à questão da segurança na Bahia. Eu falei aqui, antes, deputado Fábio, que o governo investiu 260 milhões de reais em um centro tecnológico de pesquisa, enquanto no interior muitos municípios não têm nem delegado. No interior em muitos municípios, inclusive, deputado Prisco, coordenadorias regionais, eu não estou falando de delegacia municipal não, nas coordenadorias regionais falta material de expediente. Como é que a gente pode ter uma segurança pública digna para o nosso povo, para o povo baiano? São, talvez, mais de 100 municípios sem delegados. Como é que pode?

Por outro lado, para fazer propaganda enganosa, o governo inaugura um Centro de Pesquisa e Tecnologia da Segurança Pública que não se vê nenhum resultado. Ao contrário, os índices de criminalidade continuam aumentando, tanto na capital e, principalmente, no interior. Talvez, no interior ainda mais, mas que, infelizmente, as notícias do interior chegam aqui por último e a população do interior é a que mais sofre com esse olhar do governo em só governar para Salvador, nessa disputa mesquinha com o prefeito ACM Neto que não tem adiantado. O prefeito ACM Neto a cada dia desponta como o maior prefeito do Brasil, desponta nas pesquisas com a preferência da população da Bahia para governar nosso Estado.

E aí essa pesquisa é mentirosa. Mas a pesquisa que diz que o ex-presidente Lula ainda é o preferido pela população brasileira, essa não é mentirosa. Mas sabem uma verdade que tem nessa pesquisa? De fato, ele está na frente com 42%, em outra época era mais de 80%. Então, isso é uma prova que o modelo de governo do PT, meu caro deputado Euclides Neto, e V.Ex^a que não é do PT, está se exaurindo, já se exauriu.

Portanto, esta é a hora. O País precisa de renovação, o País precisa de políticas modernas para melhorar a nossa economia, para voltar a criar empregos, para voltar a criar renda, para voltar a dar vida mais digna ao nosso povo.

Obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria, ou ao Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT/PRP para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Ângelo Almeida:- Sr. Presidente, o deputado Alex Lima falará por 06 minutos e o deputado Alex da Piatã por 06 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Alex Lima pelo tempo de 06 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas Srs, deputados, eu volto a esta Tribuna agradecendo ao meu companheiro de Bancada de Governo, meu xará, deputado Alex da Piatã pelos 6 minutos restantes.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, volto a esta tribuna, Sr. Presidente, agradecendo ao meu companheiro de Bancada de Governo, meu xará deputado Alex da Piatã, que me cedeu parte de seu tempo para pedir, Sr. Presidente, que tenhamos mais cuidado. Longe de mim querer patrulhar mandato de qualquer colega.

Mas, o deputado Targino Machado fez um pronunciamento na tarde de hoje em que acusou injustamente, porque não podemos fazer política, deputado Hildécio, baseado no denunciismo. Não podemos fazer política baseado em delações de criminosos. E o deputado Targino, hoje, falou do ex-governador e hoje secretário, ex-

ministro, uma das figuras mais importantes da história recente da política da Bahia, aquele que foi responsável... como eu digo, deputado Marcelino: se a ditadura acabou com a eleição indireta do presidente Tancredo Neves, na Bahia ela durou mais tempo devido a um modelo político instalado que controlava o Estado como se fosse propriedade de uma família.

E o responsável, o grande responsável por essa mudança na política e no procedimento das ações aqui no Estado da Bahia foi, sem dúvida alguma, o ex-governador Jaques Wagner. Então, eu acho injustas as críticas baseadas em denúncias. Vocês nunca vão ver o deputado Alex Lima subir a esta tribuna para detratar quem quer que seja, para tratar de coisas que não sabemos nem se são. O que devemos lembrar é que, além do homem público, existe um avô, um pai, um marido. Essas pessoas têm família e não podemos ficar usando esta tribuna, usando esta Casa para fazer a política da ofensa, da acusação sem prova, do denunciismo. Ainda mais se tratando de uma pessoa, como disse, da importância que tem o ex-governador e hoje secretário, ex-ministro da República Jaques Wagner. Uma pessoa que tem um tratamento extremamente cortês, que tem defendido ao longo da sua vida pública a democracia e o Estado da Bahia.

Então, eu não acho que nesse momento conturbado que a política do Brasil vive, trazer o nome de uma pessoa tão importante para o nosso Estado, que tantos serviços tem prestado ao Estado da Bahia, trazer em forma de uma denúncia vazia, sem comprovação nenhuma... E é por isso, Sr. Presidente, que eu vim novamente a esta tribuna para esclarecer que não podemos e não devemos fazer essa política do denunciismo, da acusação vazia, sem prova, como foi feito na tarde de hoje.

E apenas para contrapor um pouco o que meu grande amigo deputado Hildécio Meireles trouxe, o prefeito de Salvador, na verdade, deveria agradecer e muito a parceira com a ex-presidente Dilma, com o governo Wagner e com o governo Rui Costa. Nunca se viu na capital tantas obras como foram feitas com essa parceria, como disse mais cedo, numa demonstração muito clara que a forma de fazer política de Wagner, de Lula e de Rui é bem diferente do modelo carlista do passado, da perseguição, daquilo que se dizia que “aos amigos tudo, aos inimigos nada”. Não. Depois de Wagner, de Lula, de Dilma, de Rui, Salvador tem sido olhada como capital do nosso Estado, independentemente de quem ocupa hoje a função de prefeito.

É isso que a população da Bahia espera dos políticos: que nós não façamos o embate político para prejudicar a população, seja de que município for. Muito pelo contrário: esse é um patrimônio que foi trazido para a Bahia pelas mãos de Jaques Wagner e tem continuidade com o governo Rui Costa. E disso os baianos não abrem mão: da democracia, do respeito e de se fazer política com “P” maiúsculo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Próximo orador, o deputado Alex da Piatã.

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, servidores desta Casa, todos os que estão nas Galerias Paulo Jackson, os que nos acompanham através da *TV Assembleia*, imprensa presente, estou aqui hoje para parabenizar as cidades de Nova Fátima e São Domingos, ambas na região em que resido, e também a cidade de Varzedo, aqui no Recôncavo. Todas estão fazendo 28 anos de emancipação nesse Dia de Santo Antônio. Quero parabenizar e deixar aqui o meu registro.

Quero também, Sr. Presidente, aproveitar essa oportunidade e partilhar a minha alegria e a alegria de todos da região do sisal, onde vamos ter pela primeira vez na história um bispo da Igreja Católica nascido naquela região. O padre José Ionilton Lisboa de Oliveira, com apenas 55 anos, foi nomeado pelo papa Francisco recentemente. Ele é filho da cidade de Araci e hoje é pároco na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, em Riachão do Jacuípe, e tem uma história de muita humildade, de muita simplicidade, de muita doação e uma história junto à igreja, com toda a sua família. Eu conheço de perto a todos. Ele foi agora nomeado e ainda em julho, mais precisamente no dia 16 de julho, na cidade de Araci, vai ser ordenado bispo. E nós vamos ter a felicidade de, pela primeira vez, ter em nossa região um bispo filho daquele território do sisal, o que para nós é uma alegria muito grande. Ele que já vai assumir uma missão, vamos dizer assim, bem desafiante que é evangelizar. Então quero externar, aqui, a minha alegria e parabenizar todo o povo católico daquela região, em especial a sua família, a Diocese de Serrinha e o bispo Dom Ottorino, um italiano que tem empreendido muito naquela diocese e ordenará o padre Ionilton, no dia 16 de julho, como o primeiro bispo nascido dali.

Sr. Presidente, quero aproveitar esse pouco tempo que me resta, depois de ver e ouvir aqui tantas discussões entre a Situação e a Oposição, quero dizer que diante de qualquer coisa não existe governo perfeito, deputada Fabíola, deputado Angelo. Mas uma coisa não podemos deixar de admitir, que é a grande gestão que o governador Eu, nos últimos dias, tenho ouvido o noticiário, tenho conversado com tantos amigos de tantos outros Estados muito mais ricos em termos de receita *per capita*, inclusive. Eu vinha hoje, depois das entregas das ambulâncias, conversando e falando com o deputado Gika, que numa crise como a que estamos vivendo – e você pegar, como eu peguei a notícia aqui –, a Bahia foi o único Estado do Nordeste a ter saldo positivo de geração de empregos no primeiro trimestre.

Então, com certeza, isso é fruto de uma gestão responsável, porque num momento de crise tremenda que vivemos, com tanto desemprego – 14 milhões de desempregados no Brasil –, com tantas dificuldades em tantos estados e vermos como a Bahia vem andando, como vem pagando em dia os fornecedores, salários e investindo como foi bem colocado aqui, nós não podemos deixar de parabenizar o governador Rui Costa e admitir que pode ter qualquer defeito, mas é uma gestão exemplar.

Rapidinho, com a sua tolerância, Sr. Presidente, só para ratificar mais ainda, que, além disso, os inúmeros investimentos que têm sido feitos, há ainda os investimentos em infraestrutura. Eu quero aqui, como morador da Região do Sisal, agradecer ao governador Rui Costa que está colocando em prática todas as promessas que ele fez, de que nós teríamos toda nossa malha asfáltica, 100% recuperada, Sr. Presidente. Na próxima sexta-feira, vamos ter a oportunidade de ir, junto com o governador, à cidade de Quijingue, deputada Fátima, ...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- (...) onde vamos estar juntos, porque sei que a senhora vai estar junto conosco, para anunciar a obra da BR-116 até a cidade de Quijingue.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra o nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar DEM/PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo deputado Soldado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Por todo o tempo o deputado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, agradeço mais uma vez a V.Ex^a e a bancada também.

Quero dizer ao nosso deputado Alex da Piatã, que me antecedeu e disse que o governador tem cumprido, rigorosamente, todos os pagamentos do Estado. Acho que o deputado não deve estar acompanhando. No Hospital Regional de Santo Antônio de Saiu, ontem, uma pesquisa em que o governo da Bahia é o terceiro no Brasil em cargos comissionados. A tal da Lei de Responsabilidade Fiscal que o Estado fala que está no limite, só basta ele tirar os comissionados e os terceirizados, na barganha que ele tem do poder para manter a sua base. Se ele retirar isso, com certeza, vai atender ao pleito dos servidores públicos que já vai para 3 anos sem reajuste, reajuste zero. Esse é um governo que não cumpre nada do que prometeu na campanha eleitoral ao servidor público. O Planserv está caindo das pernas, mesmo o Estado aumentando o Planserv, colocando valores absurdos para todos os servidores públicos.

O governo tem que revelar a sua verdadeira face, debater com o servidor. Foge do debate, foge da discussão e não quer debater com o servidor, não quer discutir o projeto de autonomia do MP, como não quer discutir o projeto com nenhum servidor. Esse é o governo que está aí. A violência na Bahia tem números alarmantes. O secretário de Segurança Pública já está aí há 12 anos no poder, mais do que o governador do Estado, mais do que o presidente da República, cada um fica oito anos, no máximo, sendo reeleito, o secretário tem 12 anos de poder. Está aqui na sua casa de vidro que custou 300 milhões de reais aos cofres baianos. A violência continua a mesma coisa, mas está aqui a casa de vidro, inclusive, destoando de todos

os prédios daqui do CAB, diante da luxúria que foi a sua construção. E que não serve em nada para o combate ao crime, já que a violência na Bahia só aumenta. Os dados do Ipea estão aí provando a violência.

Aí o secretário vai para a imprensa e, mais uma vez, dá a mesma resposta, dizendo que os dados estão errados, que estão maquiando os dados. Quem mais maquia os dados da violência na segurança pública no Brasil é a Bahia. Isso também é comprovado. O povo de Cachoeira está aqui e sabe que a delegacia de Cachoeira foi metralhada esta semana. (Palmas) Policiais baleados, assaltos a bancos. A verdade está nua e crua, todo mundo vê. A propaganda não vai conseguir enganar a realidade da cidade. Recôncavo baiano, não está muito distante, não. O povo lá está com medo de sair às ruas. Um policial retornando da faculdade foi baleado. Assalto a banco onde os criminosos dominaram a cidade. Em Maragogipe, cidade vizinha, as facções criminosas dominam a cidade. A violência é absurda. E qual o efetivo policial que tem lá? Zero de efetivo policial. Dois policiais por dia para trabalhar numa cidade. Mas na propaganda do governo na campanha eleitoral disse que iria, em quatro anos, ter 40 mil policiais militares na Bahia. Não sei como, porque, até agora, temos 30 mil. E falta um ano e quatro meses de governo para acabar. Esperaria que nesse um ano e quatro meses de governo ele convocasse mais 10 mil policiais. O concurso da polícia civil não completou, o efetivo da polícia civil é ridículo. Oitenta e quatro cidades na Bahia sem delegados. E as delegacias que existem estão caindo aos pedaços, totalmente sucateadas. Mas a casa de vidro, aqui, custou 300 milhões de reais. Basta sair da casa de vidro e ir numa companhia mais perto, aqui no Centro Administrativo mesmo, e ver as condições de trabalho das outras unidades ao redor.

Esse é o governo que vive só de propaganda. Aí fala que a pesquisa é mentirosa, que a pesquisa é enganação. Só é quando não é favorável para eles, quando é a favor deles não é. O povo da Bahia está acordando, não vai ser mais enganado. Não cabe mais isso. Aquele Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus, cidade na qual moro e resido, é um verdadeiro elefante branco. Por fora é uma estrutura maravilhosa, mas por dentro é atendimento zero para a população. É chegar lá e encaminhar para Salvador. Um hospital regional que foi alardeado em todas as propagandas, cinco meses sem pagar os terceirizados, querem demitir duzentas funcionárias daquele hospital. Cadê a propaganda? O povo da cidade está vendo. Não tem como mentir, não tem como enganar. A violência tomou conta da cidade de Santo Antônio de Jesus e da região, uma cidade grande onde resido, cem mil habitantes. Um índice de violência absurdo. Aonde está esse governo? Queremos enxergar aonde esse governo está. Ninguém consegue enxergar esse governo, só se for na propaganda. Fora isso, mais nada. Um governo que persegue os servidores, cancela os códigos dos servidores. Esse é o governo que só faz isso, demite.

O único governo na Bahia que não cumpre ordem judicial. Essa pessoa que vos fala tem dez reintegrações, deputado Zé Raimundo. V.Ex^a, como deputado, advogado, defensor do direito, tenho dez reintegrações na Justiça, inclusive no Supremo Tribunal Federal. E esse governo da Bahia não cumpre ordem judicial. Zomba do Poder Judiciário. V.Ex^a não é advogado, mas vai chegar lá, é um estudioso do

assunto, é da Comissão de Constituição e Justiça. V.Ex^a sabe que esse governo não cumpre decisão. Esse é o único governo que não cumpre a Lei de Anistia, a lei federal sancionada no governo do PT. Da cidade de Feira de Santana a violência tomou conta, totalmente. O único hospital que prestava atendimento em pediatria pelo Planserv foi descredenciado por este governo. V.Ex^a, que, assim como os deputados Angelo Almeida e Carlos Geilson, é da cidade de Feira de Santana, sabe disso. O único hospital que prestava atendimento em pediatria, a Clínica Bambino, foi descredenciado pelo Planserv sem nenhuma explicação. Todos os servidores da região eram atendidos por essa clínica. Já entraram com uma representação no Ministério Público; mas esse governo é insensível: aumentou o Planserv, e o Planserv. Então, cadê esse governo da propaganda? É só enganação, é só mentira. Investimento zero na saúde, na educação e na segurança pública. Uma lástima esse governo. Os dados do IPEA não revelam a verdade, realmente: a verdade é muito pior para quem anda, no dia a dia, nas ruas. Em qualquer programa de televisão ou de rádio a que assistimos, vemos a violência alardeada.

Aproveitando que o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, deputado Marcelino Galo – extremamente combativo –, está aqui: na próxima terça-feira, vamos pedir que a comissão fiscalize as delegacias na Bahia; que saia daqui do prédio da Assembleia e vá para lá. Vou pedir que esse requerimento seja aprovado. Mesmo com o secretário de Segurança Pública não querendo, vamos fazer isto: visitar as delegacias em Salvador e, principalmente, no interior, para ver as condições. Esta Casa tem que fazer este papel, o de sair e fiscalizar. O governo está perseguindo os quartéis, com a minha prisão domiciliar, e não quer deixar, mas nós podemos adentrar nas delegacias. Vamos fazer esse requerimento na próxima terça-feira. Conto, inclusive, com o voto de V.Ex^a para que ele seja aprovado na Comissão de Segurança Pública e possamos visitar não só delegacias, mas também o Instituto Médico Legal para vermos as condições em que se encontra.

Já Solicitei a V.Ex^a também a visita aos presídios para vermos como anda a situação carcerária, a qual V.Ex^a presenciou, ficando assustado e alardeado com as condições que não melhoraram em nada ainda, só pioraram, haja vista as fugas que aconteceram na Bahia, uma atrás da outra. E o secretário ainda foi à mídia, querendo jogar a culpa nas costas do servidor. Um presídio totalmente sem condições. As guaritas feitas à mão pelos próprios policiais, porque o governo não colocou a mão, em momento algum. Onde é que está a mão desse governo? Só na propaganda, na enganação e na mentira?

Na semana passada, aqui nesta Casa, o governo tirou, mais uma vez, um direito histórico do servidor público: retirou 5 dias – eram 15 dias de atestado médico. E aqui deputados de governo disseram que não estavam retirando direito. Lá em Brasília, esse direito foi mantido. Sou contrário à reforma da Previdência. Já me coloquei aqui: mesmo sendo do meu partido o relator do projeto, sou contra a reforma da Previdência. Mas, aqui, o governo tem um discurso contrário à reforma, e a prática é diferente. À primeira demanda previdenciária que chegou aqui, à primeira demanda

que envolvia a mesma questão, o governo votou favorável – e contra os servidores públicos.

Então, o governo só promete; não dialoga com os servidores, não dialoga com os sindicatos. Na campanha eleitoral, disse que manteria a mesa de negociação, mas agora não dialoga com ninguém, não quer conversar, não trata e fica só enrolando, jogando para a frente. “Mas ali é sindicato, vota com a gente, pode ficar tranquilo, está todo mundo com a gente”. Realmente, eu me pergunto todos os dias: cadê os sindicatos da Bahia, que não vêm para esta Casa se manifestar?

Parabenizo o sindicato do Ministério Público, que está aqui. Mas cadê os demais sindicatos, que não estão aqui nesta Casa? Seus direitos todos sendo vilipendiados, e nenhum sindicato vem a esta Casa para cobrar. Ah, se fosse em outros tempos, como estaria esta Casa aqui? Vemos agora a APLB atuando lá, no município; e nesta Casa não vejo nem uma bandeirinha deles. Cadê os sindicatos? Cadê o Sindsaúde, que não está aqui cobrando também já que teve benefícios cortados pelo governo? Nenhum sindicato vem para esta Casa. O que está acontecendo é uma paralisia total ou estão no bolso do governador – aquele que na campanha eleitoral prometeu, e não cumpriu. As obras tamanho G, a enganação tamanho G, o reajuste zero tamanho G, é só arrocho tamanho G e nada mais que este governo faz. É muita garanta, muita mentira e enganação. E os servidores mais uma vez sendo maltratados e perseguidos, taxados por este governo como seu inimigo número um.

Então, que absurdo é esse que este governo está fazendo com os servidores públicos? Este é o governo da enganação e da propaganda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao Nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PT, para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Angelo Almeida:- Falará o deputado Zé Raimundo por 7 minutos; por 6 minutos, o deputado Aderbal Caldas.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra, o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, esse tema da segurança pública merece o maior cuidado. O mundo, o Brasil, infelizmente, todos os governos estaduais e municipais, independente de questão político-partidária, vêm sofrendo, vêm sendo atingidos por essa violência descontrolada. E as causas são profundas: é a mídia, é a descontinuidade cultural.... Ontem mesmo, nós da comunidade de Conquista fomos atingidos pela morte de uma liderança de 80 anos, um militante do nosso partido, na zona rural. Lá onde antigamente havia solidariedade, como também nas grandes cidades e nos grandes centros. Não é responsabilidade de uma pessoa só, de um governo só ou de um

partido só: esse problema é muito mais profundo. Então, não podemos tratá-lo de forma superficial, Sr. Presidente.

Nesta linha de entendimento, é preciso também que nós parlamentares, nós do mundo da política pensemos duas vezes sobre o que falamos. Intervenções, como as que foram feitas aqui pelo nosso querido amigo deputado Alex Lima.... Não fica bem acusar os colegas de estarem recebendo merendinhas, dizer que o governador Rui Costa está comprando consciências com ambulância. Não é isso. Evidentemente, há um tema relevante, sim, que é a questão das emendas impositivas, trazido pelos nobres deputados. Como Hildécio acabou de colocar, é um debate que a Liderança do Governo tem tratado, que o Governador Rui Costa colocou no Projeto da LDO de forma mais categórica. Isso é um tema que cabe discutirmos aqui.

Por isso, Sr. Presidente, nós não vamos concordar e rechaçamos esse tipo de intervenção, como quando o deputado Targino Machado faz referência ao ex-governador Jaques Wagner, um homem de bem, que trouxe para a Bahia um modo diferente de governar, dialogando da mesma forma que o governador Rui Costa, que convoca todos os prefeitos da Oposição para todos os atos que desenvolve no interior. Cria até ciúmes nas próprias bases do governo, inclusive entre nós do PT. Mas ele tem sido inarredável, tem convocado prefeito, coloca no seu carro, vai para o palanque, convida o prefeito para o palanque, está respeitando a autoridade local. Por isso deve merecer de todos nós o maior respeito no que diz das políticas institucionais. Na hora de votar, na hora ideológica, é quando acontece o debate que as eleições necessariamente estabelecem para que a sociedade escolha aquele que ela achar melhor.

Por isso não cabe esse tipo de ilações feitas aqui contra o ex-governador Jaques Wagner, principalmente neste momento, em que a política, em que o Parlamento, as câmaras de vereadores, o Congresso Nacional, em que todas essas instâncias do Poder – municipal, estadual e federal – não têm sido vistas com bons olhos pela população. Por isso é muito importante que nós valorizemos, como foi dito aqui.

As comissões estão, aí, trabalhando, como vimos hoje, na Comissão de Orçamento, um debate, um questionamento dos nobres deputados. Portanto, Sr. Presidente, para o melhor juízo da política, é necessário que nós deputados façamos as nossas contribuições, no sentido de elevar o mundo da política.

Queria, portanto, parabenizar a nossa cidade de Cachoeira. (Palmas.) Não sou de lá, mas tenho grandes amigos, sobretudo do outro lado da cidade. Queria deixar um abraço para a amiga Bibi, que é uma ativista cultural, desde criança que convivemos e também ao amigo Elias, da Dannemann, um companheiro que, apesar de ser paulista, é colega de muitos amigos meus lá da Universidade do Sudoeste da Bahia. Ele vem cumprindo uma agitação cultural junto aos companheiros da Universidade do Recôncavo, sobretudo do curso de História, de onde eu sou originário. Lá tenho ex-alunos do Sudoeste e colegas da Universidade Federal que hoje são professores.

Queria dizer, nobre deputado Alex da Piatã, que fiz uma moção de congratulações ao padre Ionilton. Padre Ionilton foi vigário em Vitória da Conquista – aliás, essa é a cidade dos bispos: mais de 12 bispos lá se formaram ou por lá passaram. Por isso, eu quero falar da alegria por ver hoje o padre Ionilton sendo já nomeado bispo. Por lá ele passou, da mesma forma que o padre Rafael...

O Sr. Zó:-Um aparte, deputado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- (...) e que o padre Lisboa, grandes lideranças intelectuais do vicariato de Vitória da Conquista.

Com o aparte o deputado Zó.

O Sr. Zó:- Quero agradecer, deputado Zé Raimundo. Lembrando Conquista, cidade linda, que tem problema de divisão territorial, eu queria convidar os colegas deputados para a sessão, amanhã, na Comissão de Assuntos Territoriais, onde será apresentada uma discussão sobre um anteprojeto acerca da divisão territorial entre Bahia e Sergipe. Então, deputados daquela região, deputados que se interessam por esse assunto, amanhã às 10:30h na Comissão de Assuntos Territoriais.

Então, queria fazer esse convite e agradecer o aparte a V.Ex^a, porque eu estava em outras atividades e não tive como falar, aqui, hoje.

Muito Obrigado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- (...) Então, isto é importante: o trabalho de uma comissão, que às vezes não aparece aqui. Os colegas precisam valorizar essas intervenções nas comissões, as audiências públicas, os debates, porque ali a gente amadurece uma visão da Bahia e uma visão dos problemas que são tratados.

E a última coisa que eu trago para registro é que, como adepto de Santo Antônio, rezei para Santo Antônio, no sábado, em minha casa, lá em Vitória da Conquista. Quero deixar um abraço para os amigos de Mirante, prefeito Lúcio e todos os nossos vereadores que hoje comemoram o aniversário desse município, Sr. Presidente. E espero que depois tenhamos, quem sabe, um licor, um amendoim, para comemorarmos com os colegas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado. Com a palavra, o deputado Aderbal Fulco Caldas.

ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero também parabenizar Cachoeira – a Cidade Heroica. (Palmas.)

O problema da violência e da criminalidade, que a cada dia se discute aqui, é bastante complexo. Nenhum dos governos dos estados federados poderá ter uma política de segurança pública que tranquilize o cidadão e diminua a criminalidade. No meu entendimento, deputado Reinaldo Braga, quem diminui violência é lei, não é

polícia. A polícia é um braço da lei que apenas apreende e entrega para a Justiça julgar.

O nosso Código Penal é anacrônico, extemporâneo. Ele é da década de 40, precisamente de 43, tem 74 anos, é antiquado. Como o Código Eleitoral nosso, que era muito bem elaborado, de fácil interpretação, mas, com o voto informatizado, ele caducou, não se aplica. Portanto, a Justiça, o Superior Tribunal Eleitoral, a cada ano, está legislando, está editando normas para cada eleição, as quais muitas vezes entram em conflito com as anteriores.

Então, o Estado brasileiro é generoso com o réu, com o delinquente; e injusto com a vítima.

De tudo o que o cidadão vai fazer na vida, ele avalia o custo e o benefício. No Brasil, atentem bem, de cada 100 homicídios, deputado Zé Raimundo, apenas 8 são profundamente investigados; só 3,8 têm a autoria devidamente comprovada, e apenas Então, esse é um problema; porque o Estado brasileiro é generoso com o réu, e injusto com a vítima. Quando um indivíduo pega uma sentença, imediatamente a família recebe um salário; mas a família da vítima não recebe nenhuma assistência. É por isso que lhe digo que o Código Penal Brasileiro é anacrônico. Temos que atualizá-lo, a lei precisa ser dinâmica, acompanhar as mudanças sociais.

Quanto ao nosso governador, Rui Costa, não falo por paixão, eu só falo pela razão. Eu tenho limitações de ordem intelectual, não tenho formação acadêmica. Se eu cometer um erro, é por desinformação, por equívoco, nunca de maneira passional. Então, falo bem do governador do Estado da Bahia e do prefeito da Cidade do Salvador. Nós estamos em estado de graça, a Bahia e a Cidade do Salvador. Essa competição é muito saudável: cada um querendo trabalhar mais, e o Estado e a Portanto, tenho compromisso com a verdade. Acho interessante o sujeito elencar os defeitos que, de fato, o seu adversário tenha, mas não criar defeitos para alguém. Quem cria defeitos para os outros é defeituoso. E eu, graças a Deus, tenho equilíbrio, tenho isenção de ânimo.

Fui um dia ao ex-governador Jaques Wagner e disse: “Governador, eu não tinha o meu próprio retrato no meu gabinete. Tenho agora porque, como tenho um retrato lá de meu velho amigo Antônio Carlos Magalhães e, com muita honra, também o seu, coloquei o meu no meio para vocês não brigarem”. Ele riu bastante. Eu disse: “Estou lhe dizendo assim, porque, se eu for capaz de falar dele para lhe agradar hoje, no futuro vou falar do senhor para agradar outro. E não vim, para o governo, mudar de Portanto, graças a Deus, tenho equilíbrio e digo que a Bahia e a Cidade do Salvador estão em estado de graça porque têm um grande governador e um grande prefeito.

O Estado do Rio de Janeiro, deputado Reinaldo Braga, tem um Orçamento de R\$84 bilhões; o da Bahia é de R\$42 bilhões. Sabe qual o tamanho do Estado do Rio de Janeiro? Talvez você não tenha notado ainda, ele é, precisamente, do tamanho de três municípios que você conhece muito bem, são eles: São Desidério, Formosa do Rio Preto e Correntina. Esse é exatamente o tamanho do Estado do Rio de Janeiro.

A Bahia, que, como os demais estados, vive em crise – além da econômica e política, tem ainda a crise climática –, é um estado difícil de governar. Tem um semiárido muito grande, extenso e muito habitado, mais habitado e maior do que os semiáridos de todos os estados nordestinos juntos.

Mas eu quis vir até aqui, me permitam, assumir a minha defesa; pois, como dizia o grande baiano Ruy Barbosa, quem não defende os seus direitos não é digno dele.

A nossa Bahia e a nossa Cidade do Salvador – essa cidade bela, esse relicário de oradores, do saber jurídico, dos casarões históricos, da beleza do mar e das praias – não são consideradas como deveriam. Tanto que, até a Revolução, a região Leste do Brasil era Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Sergipe. Não tem mais Leste no Brasil. Nunca vi um território que não tenha a região Leste; porque quem determina os pontos colaterais são os pontos cardeais, e até isso foi tirado.

Os governos da era republicana não têm sido condescendentes com a Bahia. O melhor governo federal que já houve para a Bahia, no meu entender, foi o da presidente Dilma, que mais carregou recursos para a Bahia.

Então, o meu compromisso é com a verdade. É assim que eu procedo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para concluir, deputado Aderbal.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Para concluir, meu caro presidente. Eu faço uma política procurando me assemelhar, rastejar na sombra dourada de grandes líderes, como o nosso grande líder indiano Gandhi, que dizia que o bom político, Sr. Presidente e Srs. Deputados, precisa, todo dia, olhar em seis direções: para frente, para saber para onde vai e planejar o caminho; para trás, para saber de onde veio e corrigir os defeitos; para baixo, para ver se não está pisando em alguém e impedindo o seu desenvolvimento; para os lados, para saber quem está colaborando e quem precisa da sua colaboração; para dentro, para saber o que precisa melhorar; e para cima, para saber que Deus está no comando, fazendo por tudo e por todos.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ordem do Dia.

Projeto de Lei nº 22.190/2017, de procedência do Poder Executivo. Autoriza o não ajuizamento de execuções fiscais de pequeno valor e a desistência de execuções fiscais nas hipóteses que determina, e dá outras providências.

Houve um pedido de vista do deputado Heber Santana. Solicito que leia o seu relatório do pedido de vista. Com a palavra V.Ex^a.

O Sr. HEBER SANTANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, aqueles que nos acompanham pela *TV Assembleia*, farei, de uma forma bem sucinta, a leitura da parte conclusiva do voto, já que há duas observações que quero colocar, pois acredito que a primeira é uma correção necessária para que não haja nenhuma dúvida ou nenhum questionamento sobre o projeto de lei. Quanto à outra, neste curto espaço de tempo, procurei ouvir entidades importantes como a Fecomércio e a FIEB. E veio uma proposta importante, deputado Zé Neto, para ser incorporada também no mesmo sentido, no mesmo princípio que rege a lei. Facilitando, reduzindo a burocracia, reduzindo custos do governo estadual e igualmente criando melhores condições para que os contribuintes, as empresas do nosso Estado, tenham menos dificuldades em manter-se ativos e com acesso a créditos, sem maiores problemas com a Dívida Ativa.

(Lê) “O projeto de lei sob exame tem por objetivo autorizar o não ajuizamento e desistência de execuções fiscais para cobranças de créditos tributários cujo valor consolidado por sujeito passivo seja igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), além de estabelecer hipóteses em que os Procuradores do Estado poderiam estar autorizados a desistir de execuções fiscais em andamento, todavia, sem renúncia ao crédito tributário devido, cabendo, nesses casos, a sua atualização, para tentativa de cobrança extrajudicial, enquanto não operada a prescrição.

Apesar de já haver parecer conjunto das Comissões de Constituição e Justiça; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, pela aprovação do referido projeto, entendemos, data máxima vênia, da necessidade de adequações à proposição a fim de harmonizá-la ao que dispõe a legislação federal em casos análogos.

Nesse sentido, para ir de encontro ao que propõe a própria proposição oriunda do Executivo Estadual, sobretudo para desestimular o manejo de intervenções judiciais infrutíferas, fato que irá gerar economia para o Estado e cumprirá o princípio constitucional da eficiência, OPINAMOS que não haja a inscrição em dívida ativa dos valores até R\$1.000,00 (um mil reais), pois tal entendimento harmoniza-se com o que ocorre com débitos federais, conforme Portaria nº 75/02 do Ministério da Fazenda, que dispõe sobre a inscrição de débitos na Dívida Ativa da União e o ajuizamento de execuções fiscais pela Procuradoria da Fazenda Nacional. ...”

Nesse ponto cabe aqui o registro: o pedido é para que as dívidas consolidadas de até R\$ 1.000 dessas empresas, somando todas elas, não sejam lançadas na Dívida Ativa. A cobrança ainda seria necessária, mas nas dívidas de até R\$ 1.000 essas empresas não seriam lançadas na Dívida Ativa, o que inviabilizaria seu pleno funcionamento. Vale registrar, como disse aqui em meu voto, que do ponto de vista do governo federal o entendimento é exatamente o mesmo, através da Portaria nº 75/02, do Ministério da Fazenda.

“(...) Tal opinativo se pauta no entendimento que a inscrição em dívida ativa, e a consequente cobrança por meio de processos administrativos ou judiciais, seria

muito oneroso para a Fazenda Estadual, para uma dívida de pequena monta, não havendo um proveito financeiro que valesse à pena tamanha movimentação da máquina estatal. Tal entendimento busca, sobretudo, fomentar a razoabilidade e a economicidade da administração pública.

Importante ressaltar também que tais valores são geralmente oriundos de multas pelo descumprimento de obrigações acessórias à legislação tributária estadual, não implicando em falta de pagamento da obrigação principal. Ademais, para o setor produtivo do Estado, a proposta também poderá facilitar a participação das empresas em licitações, contratação de créditos junto a bancos, culminando na geração de mais empregos e renda.

Assim, em face do exposto, propomos uma Emenda modificativa no artigo 1º do Projeto de Lei nº 22.190/2017, para acrescentar o §6º, que passaria a vigorar com a redação abaixo:

‘Art. 1º.

§6º - Não serão inscritos em Dívida Ativa do Estado os débitos de um mesmo devedor de valor consolidado igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais).’... ”

Essa, portanto, Sr. Presidente, é a nossa proposta, em consonância com o que a Fecomercio e a FIEB solicitaram. De modo, como disse, a criar um ambiente ainda mais favorável à geração de empregos e renda, já que as empresas muitas vezes ficam impedidas de participar de licitações e contratações de crédito junto aos bancos, por conta de pequenos valores como esse que está descrito, de menos de R\$ 1.000, 00.

“(...) Ainda seguindo a mesma linha de adequação ao citado projeto, ...”

Aí, eu peço a atenção para esse quesito também, já que do ponto de vista legal pode inviabilizar o próprio transcorrer do projeto.

“(...) percebemos um equívoco no que tange à revogação da Lei Estadual mencionada no art. 6º. A Lei Complementar nº 95/1998, que trata da elaboração, da redação, da alteração e da consolidação das leis, determina em seu artigo 9º que, quando da elaboração de um projeto de lei, a cláusula de revogação deverá enumerar expressamente a lei que será revogada.

Nesse sentido, observa-se que no Projeto de Lei nº 22.190/2017 a menção não faz a correta remissão à lei efetivamente revogada, que deveria ser a de nº 12.617 de 28 de dezembro de 2012, o que poderá causar futuros embaraços quando da sua aplicação.

Assim, para observar a melhor técnica legislativa e evitar qualquer tipo de questionamento quando da efetiva revogação de outra norma, é que sugerimos uma Emenda modificativa, no artigo 6º, cujo texto seria o seguinte:

‘Art. 6º - Fica revogada a Lei nº 12.617 de 28 de dezembro de 2012.’

Nesse sentido, em face do exposto, apresentamos o presente voto em separado, opinando pela aprovação ao Projeto de Lei nº 22.190/2017, desde que incorporadas as presentes emendas modificativas apresentadas.”

Esse é o voto, Sr. Presidente. Peço atenção às duas emendas, especialmente à segunda, já que diz respeito a uma norma da técnica legislativa para que não haja nenhum problema no transcorrer do projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do relator no âmbito das Comissões. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o Para encaminhar, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Zé Neto encaminhará, e eu também, no âmbito das Comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para encaminhar, o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Presidente, na verdade, eu queria encaminhar o seguinte: conversei com o deputado Luciano e detectei que realmente uma das observações e das mudanças ...

O Sr. Zé Neto:- Não. Engoli. (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Fico preocupado em V.Ex^a discursar com a boca cheia. Pode ter um problema de garganta e não quero que sofra de nenhum mal aqui na Casa. (Risos)

O Sr. Zé Neto:- Eu só quero aprender a dar legal com o dedo do pé. (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Cuidado com V.Ex^a. Vou acionar o Serviço Médico.

O Sr. Zé Neto:- Realmente tem dois pedidos de alteração. E uma delas é impossível fazer, até porque existem débitos de pequena monta - só para explicar a vocês - que acabam sendo uma forma de pressão normal do processo de poder do Estado, mas no montante podem gerar um grande prejuízo à arrecadação estadual, porque há muitos desses pequenos débitos, diversos, que vão até R\$ 1.000,00, e o tombo poderia ser muito grande para a Bahia.

Também quero elogiar V.Ex^a, porque realmente no que falou sobre a questão da modificação está correto. A lei que foi citada estava equivocada. Não era setembro, era dezembro. E eu queria combinar para fazermos uma votação harmônica. Aí, modificaria isso aqui. Conversei com o relator, está tudo sob controle, e poderíamos fazer uma composição.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, Sr. Presidente ... Se V.Ex^a quiser continuar conversando, eu espero para falar depois.

Inicialmente, quero parabenizar o deputado Heber Santana pelo brilhante trabalho que fez retirando o pedido de vista e constatando que as duas emendas apresentadas melhorariam, sim, o projeto. Ocorre que precisamos ser práticos. Conversei com ele, e entendemos que, já que o governo cede em uma parte, a correção do erro material, nós concordamos e orientamos a nossa Bancada a votar

favoravelmente ao projeto com a correção do erro material apontado pelo deputado Heber.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Encerrada a discussão. Em votação, com o acatamento da emenda do deputado Heber Santana. Emenda de relator referente a um erro material. É isso, deputado?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Referente ao erro material. São duas proposições que ele faz na emenda. O Governo só concordou com uma: aquela que corrige o erro material, a data.

O Sr. Zé Neto:- Erro material, a data.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- A data da revogação. O Líder da Maioria acata, também.

O Sr. Zé Neto:- Concordamos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado no âmbito das Comissões.

Em discussão o Projeto de Lei nº 22.190/2017, de procedência do Poder Executivo, que autoriza o não ajuizamento de execuções fiscais de pequeno valor e a desistência de execuções fiscais nas hipóteses que determina e dá outras providências.

Em votação no Plenário.

O Sr. Soldado Prisco:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Verificação de quórum para votação.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Que seja dado o prazo regimental para que a gente possa convocar os deputados para que venham ao Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Então, em discussão. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação, após a aferição do quórum.

Solicito ao nosso operador do som que marque 25 minutos para que o quórum de votação possa ser aferido.

(Verificação do quórum de votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Quórum de votação restabelecido.

Em votação o Projeto de Lei nº 22.190/2017. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade, com a emenda proposta pelo deputado Heber Santana.

O Sr. Zé Neto:- A emenda relativa à alteração material.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 22.190/2017

Autoriza o não ajuizamento de execuções fiscais de pequeno valor e a desistência de execuções fiscais nas hipóteses que determina e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Procuradoria Geral do Estado - PGE autorizada a não ajuizar execuções fiscais para cobrança de créditos tributários cujo valor total consolidado por sujeito passivo seja igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 1º - Entende-se por valor total consolidado o resultante da atualização do crédito principal originário, acrescido dos encargos legais incidentes até a data da apuração.

§ 2º - Os créditos tributários de valor inferior ao previsto no *caput* deste artigo sofrerão a incidência de correção monetária, de acréscimos moratórios e de demais encargos legais, devendo ser ajuizada a execução fiscal quando, separadamente ou consolidados por sujeito passivo, ultrapassarem o limite mínimo fixado nesta Lei, observado o prazo prescricional.

§ 3º - A dispensa de ajuizamento de execução fiscal não autoriza a emissão de Certidão Negativa de Débito - CND e não afasta a obrigatoriedade da PGE de promover medidas extrajudiciais de cobrança dos créditos tributários, inclusive o protesto do título e a inscrição em cadastro de inadimplentes, quando cabíveis.

§ 4º - O Procurador do Estado poderá, por despacho motivado nos autos do processo administrativo, promover o ajuizamento de execução fiscal de débito cujo valor consolidado seja igual ou inferior ao previsto no *caput* deste artigo, se verificado interesse público que o justifique.

§ 5º - As certidões de dívida ativa relativas ao mesmo sujeito passivo serão cobradas em única execução fiscal, desde que se refiram ao mesmo tributo.

Art. 2º - O Procurador do Estado requererá, na forma do art. 40 da Lei Federal n.º 6.830, de 22 de setembro de 1980, a suspensão, sem baixa na distribuição, das execuções fiscais de créditos tributários cujo valor total consolidado, por sujeito passivo, seja igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), desde que não conste dos autos garantia de sua satisfação, integral ou parcial.

Art. 3º - Os créditos tributários que, decorridos 05 (cinco) anos de sua constituição definitiva, não ultrapassarem o valor fixado no art. 1º desta Lei serão extintos por prescrição, desde que não verificadas quaisquer das causas interruptivas previstas no parágrafo único do art. 174 da Lei Federal n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional - CTN.

Art. 4º - Ficam os Procuradores do Estado autorizados a desistir de ações de execução fiscal, sem renúncia ao crédito tributário, nas hipóteses a seguir relacionadas:

I - nas execuções fiscais ajuizadas há mais de 05 (cinco) anos, sem que tenha havido citação ou garantia do juízo, desde que esgotados todos os meios de localização do devedor, corresponsáveis e bens para satisfação do crédito;

II - nas execuções fiscais movidas exclusivamente contra massa falida, em que não foram encontrados bens no processo falimentar, ou na hipótese de serem os bens arrecadados insuficientes para as despesas do processo ou para a satisfação dos créditos que preferem aos da Fazenda Pública Estadual, sem prejuízo de ajuizamento de ação própria contra o responsável tributário, quando constatada a existência de indícios de crime falimentar nos autos de falência;

III - nas execuções fiscais ajuizadas há mais de 10 (dez) anos contra pessoa jurídica baixada ou cancelada no Cadastro Estadual de Contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, redirecionadas contra corresponsáveis, desde que esgotadas as tentativas de localização de bens passíveis de penhora;

IV - nas execuções fiscais ajuizadas há mais de 10 (dez) anos contra pessoa jurídica baixada ou cancelada no Cadastro Estadual de Contribuintes do ICMS, redirecionadas contra corresponsáveis, desde que frustrada a hasta pública, por pelo menos duas vezes, sendo inviável a substituição da penhora;

V - nas execuções fiscais ajuizadas contra pessoa jurídica dissolvida irregularmente, inexistindo penhora ou frustrada a hasta pública, por pelo menos duas vezes, desde que o redirecionamento contra terceiros seja juridicamente inviável ou tenha se mostrado ineficaz em razão da ausência de bens penhoráveis;

VI - de falecimento do réu da execução fiscal, no caso de dívida em nome próprio ou de firma individual, sem que tenham sido localizados bens passíveis de penhora, esgotadas as buscas pelos meios administrativos e judiciais, inclusive no respectivo processo de inventário e caso não haja amparo legal para redirecionar a execução contra terceira pessoa;

VII - nas execuções fiscais redirecionadas ao corresponsável tributário, no caso de seu falecimento, sem que tenham sido localizados bens passíveis de penhora, esgotadas as buscas pelos meios administrativos e judiciais, inclusive no respectivo processo de inventário.

§ 1º - O Procurador do Estado vinculado ao processo executivo submeterá previamente o pedido de desistência à ratificação do superior hierárquico.

§ 2º - Suspensa a execução fiscal, o crédito tributário será atualizado e submetido a medidas extrajudiciais de cobrança, enquanto não decorrido o prazo prescricional.

Art. 5º - O disposto nesta Lei não autoriza a restituição ou compensação de valores já recolhidos, a qualquer título.

Art. 6º - Fica revogada a Lei nº 12.617, de 28 de dezembro de 2012.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2017.

Deputado Alex Piatã
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Agora em discussão e votação, no âmbito das Comissões, o parecer ao Projeto de Lei nº 22.270/2017, de procedência do Tribunal de Justiça da Bahia, que eleva a Comarca de Cachoeira de Entrância inicial para Entrância Intermediária e dá outras providências.

Faltam os pareceres.

(O Sr. Presidente consulta a assessoria.)

Então, em votação o parecer da relatora Fabíola Mansur. Houve um pedido de vista Em votação, no âmbito das Comissões, o parecer da deputada Fabíola Mansur ao Projeto de Lei nº 22.270/2017, que eleva a Comarca de Cachoeira. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, somente a título de registro, já que aqui temos vereadores e diversos moradores de Cachoeira, eu gostaria de declarar o apoio e a luta e dedicação da deputada Fabíola Mansur, que realmente se empenhou para que este projeto fosse apreciado e lhe déssemos celeridade, buscando a sua aprovação o mais rapidamente possível.

Então, gostaria de registrar isso para que a população de Cachoeira tenha ciência da importância do trabalho da deputada Fabíola Mansur pela aprovação deste projeto. (Palmas)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu também não poderia deixar de registrar aqui e pegar carona nas palavras do deputado e Líder Leur Lomanto, reconhecendo a luta incansável da deputada Fabíola Mansur para que este projeto pudesse estar sendo votado no início da noite desta terça-feira.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, queria aqui registrar inicialmente o nosso agradecimento à Oposição porque, sem a assinatura da dispensa de formalidades pelo deputado Leur Lomanto, não teríamos como votar hoje este projeto, que ainda teria de passar por várias Comissões. Só foi possível a aprovação graças ao bom senso da Bancada do Governo, que está presente e dando quórum, e parabenizar a luta da deputada Fabíola neste processo todo de construção na Casa para que hoje acontecesse a votação. Mas não poderia deixar de lembrar o advogado Nelson Aragão, que foi uma das figuras que, havia mais de 4 anos, vinha tratando desse tema. Em algum momento se pensou até que era alguém que não estivesse dentro das suas faculdades mentais, porque ele trabalhou demais. Alguns diziam: “Esse homem luta demais por esse negócio. Ele não está vendo que não vai dar certo?!” E Nelson foi, permanente e intensamente, fazendo essa luta.

Eu também não poderia deixar, neste momento glorioso da cidade de Cachoeira, que hoje tem quase 50 mil habitantes, de lembrar do meu amigo Zé Luiz, que é advogado lá e sabe da importância deste projeto para aquela Comarca. Ganha Cachoeira com essa união de forças, com toda a Câmara de Vereadores aqui presente.

E, vendo como foi esse processo de construção, quero mais uma vez ressaltar a importância da Fabíola, que foi a relatora. Essa guerreira merece também todo o nosso elogio.

Então, Sr. Presidente, a Bancada do Governo vota com todo o orgulho e toda a honra favoravelmente à Entrância Especial para a cidade gloriosa e libertária que é a nossa querida Cachoeira

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Fico feliz por esta Casa atender à demanda dos vereadores, das lideranças de Cachoeira e também da nossa presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Maria do Socorro. A Presidência jamais iria se furtar a dar andamento a este projeto.

Então, em votação o projeto de lei que eleva Cachoeira de Entrância Inicial para Entrância Intermediária.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado. Aprovado à unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 22.270/2017

Eleva a Comarca de Cachoeira de Entrância Inicial para Entrância Intermediária e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reclassificada de entrância inicial para entrância intermediária a Comarca de Cachoeira.

Parágrafo único - A elevação de entrância não acarreta a promoção automática dos magistrados, sendo mantidos os vencimentos correspondentes à entrância inicial, asseguradas a posição na carreira e a permanência na atual lotação.

Art. 2º - Os magistrados atualmente titulares da Comarca de Cachoeira, quando promovidos à entrância intermediária, poderão exercer opção para que a promoção se efetive na unidade jurisdicional em que são titulares, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da publicação do ato respectivo.

Art. 3º - Manifestada a opção de que trata o art. 2º, a vaga a que concorrerá o magistrado será reaberta à promoção.

Art. 4º - O item “nº 27”, do Anexo I, da Lei nº. 10.845, de 27 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se os itens subsequentes:

ANEXO I COMARCAS DE ENTRÂNCIA INICIAL
--

NÚMERO	COMARCA SEDE	JUIZ	COMARCA NÃO INSTALADA	DISTRITOS JUDICIÁRIOS	CARTÓRIOS
27	CACULÉ	2			VARA REL. CONS., CÍVEL, ETC.
					VARA CRIME, JÚRI EXEC. PENAS, ETC.
					REGISTRO CIVIL PESSOAS NATURAIS
					REGISTRO IMÓVEIS, HIP. E TIT. E DOCS.
					TABELIONATO DE NOTAS C/C PROTESTO
			GUAJERU	GUAJERU	REGISTRO CIVIL C/FUNC. NOTARIAIS
			IBIASSUCÊ	IBIASSUCÊ	REGISTRO CIVIL C/FUNC. NOTARIAIS

Art. 5º - O item “nº 06”, do Anexo II, da Lei nº. 10.845, de 27 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se os itens subsequentes:

ANEXO II COMARCAS DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA

NÚMERO	COMARCA SEDE	JUIZ	COMARCA NÃO INSTALADA	DISTRITOS JUDICIÁRIOS	CARTÓRIOS
06	CACHOEIRA	4		CACHOEIRA	1ª V. REL. CONS. CÍVEL COM E REGISTROS PÚBLICOS
					2ª V. REL. CONS. CÍVEL COM E FAZENDA PÚBLICA
					VARA CRIME JÚRI E EXEC. PENAS E INF. E JUV
					VARA SISTEMA JUIZADOS ESPECIAIS
					REGISTRO CIVIL PESSOAS NATURAIS
					REGISTRO IMÓVEIS, HIP. E TIT. E DOCS.
					TABELIONATO DE NOTAS C/C PROTESTO
				BELÉM DA CACHOEIRA	REGISTRO CIVIL C/FUNC. NOTARIAIS
				SANTIAGO DO IGUAPE	REGISTRO CIVIL C/FUNC. NOTARIAIS

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

RUI COSTA
Governador

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputada Fabíola Mansur.

A Srª Dra. Fabíola Mansur:- Eu queria primeiro parabenizar, Sr. Presidente, ...

(A Srª Deputada Dra. Fabíola Mansur é saudada pelas Galerias.)

(...) a luta dos movimentos sociais, do povo, através do Movimento Justiça e Paz, como foi citado por Zé Neto, e da Câmara de Vereadores, que se faz presente aqui com o presidente, o vereador Teta, a vereadora Angélica e os vereadores Laelson, Fabinho e Cristina. E quero dizer que esta Casa do Povo, através das Lideranças da Maioria e Minoria, fizeram justiça ao nosso povo heroico de Cachoeira.

Queria agradecer os comentários elogiosos dos nossos pares, mas também dizer que esse é um trabalho do povo cachoeirano. E, presidente Angelo Coronel, digo a V.Exª, que nos recebeu tão carinhosamente, assim como recebeu estes cachoeiranos, que o senhor está fazendo um trabalho que é a distância mais curta entre dois pontos, sendo um ponto o desejo dos povos dos municípios e o outro, a missão desta Casa. Portanto, parabéns, Sr. Presidente!

Obrigada, Líder Zé Neto, que teve um papel importantíssimo na dispensa de formalidades, o senhor que também é um militante e atua em Cachoeira.

Obrigada, deputado Leur Lomanto, que, como Líder da Minoria, tem tido a compreensão de que projetos que são importantes devem ser sempre suprapartidários.

E eu queria ainda agradecer à desembargadora Socorro, do Tribunal de Justiça, que encaminhou a esta Casa este projeto que faz jus à cidade de Cachoeira, que já deveria ter retomado a sua Entrância Intermediária. Isso significa para o povo cachoeirano a possibilidade de contar com um juiz titular e ter uma Cachoeira mais justa, dando Quero dizer que Cachoeira segue rigorosamente, deputado-presidente Angelo Coronel, os critérios do Conselho Nacional de Justiça. Então, essa é a política com P maiúsculo quando existe um pleito que é justo, quando o projeto oriundo do pleito do povo chega a esta Casa, quando não se colocam diferenças partidárias para atrasar a votação de projetos que são importantes e quando esta Casa aprova, à unanimidade dos deputados, este projeto para Cachoeira. No dia 13 de junho ele sairá desta Assembleia, e a gente espera que o nosso governador o sancione antes do dia 25, dia da capital, dia em que Cachoeira é a capital da Bahia. Esta Casa, com as bênçãos de Santo Antônio, elevará a Comarca de Cachoeira. (Palmas das Galerias.)

Essas palmas são para vocês. Parabéns à Casa, obrigada pela aprovação! E parabéns também ao deputado Angelo Coronel, que está batendo recorde de aprovação de projetos neste Parlamento.

Quero também avisar aos nossos colegas que a desembargadora Maria do Socorro também encaminhou outro projeto de lei a respeito da elevação da Comarca de Aqui é o Poder Legislativo em harmonia com o Executivo e o Judiciário. Isso é que é Projeto de Lei nº 22.196/2017, de procedência do Poder Executivo. Dispõe sobre a concessão do benefício da meia passagem escolar no sistema de transporte público metroviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências.

Designo para relatar a matéria o deputado Bobô.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Bobô, para prolatar o seu relatório.

O Sr. BOBÔ:- (Lê) *“Parecer Das Comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.196/2017, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Dispõe sobre a concessão do benefício da meia passagem escolar no sistema de transporte público metroviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências’.*

Encaminha, à apreciação desta Casa, o Exmº Sr. Governador, o projeto que ora me cabe analisar, propondo a concessão da meia passagem no sistema de transporte público metroviário intermunicipal de passageiros, ‘garantindo a integração dos meios de transportes municipais e intermunicipais da Região Metropolitana de Salvador por meio de cartão eletrônico único’, conforme registra a Mensagem que acompanha a proposição, na qual ressalta ainda o Chefe do Executivo que ‘dessa forma, o Governo do Estado da Bahia ratifica o seu compromisso com a educação, facilitando o acesso às instituições de ensino e garantindo a mobilidade urbana e o deslocamento dos estudantes baianos’.

A gratuidade será concedida no sistema metroviário prestado isoladamente pelo modal metroviário ou conjuntamente pelo modal metroviário e pelo serviço de ônibus integrado, definido este, no inciso II do parágrafo único do art. 1º, como ‘o serviço prestado pelos operadores de transporte coletivo por ônibus de Salvador e de Região Metropolitana integrados física e tarifariamente ao modal metroviário’. Para tanto, possibilitar-se-á ‘a utilização de cartões seja dos sistemas metroviário, metropolitano ou urbano, indistintamente, em qualquer um destes meios de transporte de passageiros, dentro das regras de utilização especificamente definidas para cada tipo O projeto estabelece ainda as regras para concessão do benefício e os motivos para sua suspensão ou cassação, bem como a gratuidade, para os

maiores de 65 anos, no sistema de transporte coletivo intermunicipal do Estado, nos modais rodoviário, ferroviário, aquaviário e metroviário.

Trata-se, enfim, de matéria de inquestionável interesse público e grande alcance social, proporcionando aos estudantes e aos idosos uma melhor condição de mobilidade urbana.

A proposição não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como por versar sobre matéria de relevante cunho social, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, Sr. Presidente.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do relator no âmbito das Comissões ...

O Sr. Hildécio Meireles:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, hoje pela manhã, na reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, quando nós discutimos o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, houve um debate caloroso em relação à questão das relatorias. Ali, constantemente, os relatores sempre são deputados da Base do Governo. E aqui, no Plenário, também tem ocorrido isso.

A nossa sugestão, como em outros colegiados, é que se faça um sorteio para nomear os relatores das matérias em tramitação.

Mas eu quero, ainda, Sr. Presidente, na forma do art. 81 do Regimento, solicitar vista a este Projeto de Lei nº 22.196, vista conjunta com o deputado Prisco, que contempla a meia passagem em transporte público metroviário intermunicipal, ao qual o governo deu entrada nesta Casa em 2017.

Havia já, de nossa iniciativa, um projeto de lei parecido. Claro e evidente que não quero, apesar de ser anterior, sobrepor o meu ao projeto de iniciativa do governo. Mas peço vista até para ver conseguimos melhorar em alguma coisa o PL de iniciativa governamental, conjuntamente com o deputado Soldado Prisco, que também tem interesse em tentar contemplar os policiais militares com o benefício da meia passagem previsto neste projeto de lei.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O.k., deputado Hildécio, V.Ex^a será atendido.

O Sr. Soldado Prisco:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, solicito vista também do projeto, em conjunto, como já falou aqui o deputado Hildécio. Já que o próprio deputado Zé Raimundo colocou que não votaríamos contrariamente aos idosos e aos estudantes, queremos pedir esse benefício também para os policiais civis e militares e os do Corpo de Bombeiros. Baseados nisso, vamos pedir vista do projeto para que possamos Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O.k., deputado Prisco.

Deputado Hildécio, V.Ex^a pode ler o art. 68 do nosso Regimento Interno, que diz: “As relatorias têm que obedecer à proporcionalidade”. Então, V.Ex^a ou qualquer parlamentar que estiver nas Comissões pode arguir o critério da proporcionalidade na relatoria de qualquer projeto. Está no art. 68 do nosso Regimento Interno.

O Sr. Hildécio Meireles:- O.k, presidente. Só que até o presente momento essa proporcionalidade não tem sido observada. Então, o que solicitamos é que seja feita na forma regimental.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Se algum projeto vier aqui para que a Presidência designe o relator, V.Ex^a tenha a certeza de que irei obedecer à proporcionalidade. Agora, no âmbito das Comissões, infelizmente não dá para eu estar lá presente pra fazer isso. Cabe aos Líderes definir.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, no âmbito das Comissões, como hoje se tratou de reunião conjunta, foi dito que a competência de nomear o relator é do presidente da Casa. Então, seria importante, seria interessante que V.Ex^a autorizasse, desse a competência para os presidentes das Comissões, mesmo quando for reunião conjunta. O que ocorre é que as matérias, sobretudo aquelas orçamentárias, LDO, PPA, a própria Lei Orçamentária, sempre são relatadas por algum deputado da Base do Governo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Primeiro que já havia designação da relatoria naturalmente, na Casa, pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Então, eu queria só chamar a atenção porque não tem procedência a informação levantada pelo nobre companheiro deputado Hildécio.

E com relação a essas questões, acho que a gente deve se apropriar mais das informações e também de como a Casa se conduz nesses aspectos, tanto na Comissão de Justiça quanto no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Foi concedido o pedido de vista ao deputado Hildécio do projeto do transporte público metroviário, com 48 horas para que ele devolva o pedido.

Vamos votar agora, em segundo turno, o projeto da elevação da Comarca de Cachoeira.

Vamos convocar uma sessão extraordinária para 1 minuto após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei 22.270/2017 no seu segundo turno.

Fica encerrada a sessão ordinária.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.